

COOPERAÇÃO
PORTUGUESA

IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

**MEMORANDO DA
COOPERAÇÃO PORTUGUESA
2006**



Ficha Técnica:

- *Título:* Memorando da Cooperação Portuguesa 2006
- *Edição:* MNE / IPAD / Direcção de Serviços de Planeamento
- *Páginas:* 51
- *Data:* Setembro 2007
- *Website:* <http://www.ipad.mne.gov.pt>
- *Contacto:* Av. da Liberdade, 192, 1º, 1250-147 Lisboa
Tel: (351) 21 317 67 00

Índice

Introdução	4
1.Enquadramento Estratégico Geral e Orientações Políticas	5
1.1 O Exame do CAD e as Novas Orientações da Cooperação Portuguesa	6
2. Organização, Estrutura e Gestão da Cooperação Portuguesa	7
2.1 Organização e Estrutura.....	7
2.2 Gestão da Cooperação Portuguesa.....	8
3. Princípios da Cooperação Portuguesa	10
3.1 Harmonização e Alinhamento	10
3.2 Coerência de Políticas e Coordenação dos Actores.....	13
3.3 Avaliação e Orientação para os Resultados	14
3.4 Desligamento da Ajuda	15
4.Prioridades da Cooperação Portuguesa.....	16
4.1 Prioridades Geográficas	16
4.2 Prioridades Sectoriais.....	17
4.3 Temáticas Transversais	17
• <i>Estados Frágeis</i>	17
• <i>Luta Contra a Pobreza e Desenvolvimento Sustentável</i>	18
• <i>Género</i>	19
• <i>Ambiente</i>	20
• <i>Educação para o Desenvolvimento</i>	23
4.4 Ajuda Humanitária	24
4.5 Apoio à Sociedade Civil.....	25
• <i>As Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento</i>	26
• <i>Municípios Portugueses</i>	27
<i>Outras Actividades/Apoios</i>	28
5. Modalidades, Actores, Volume e Distribuição da APD Portuguesa	28
5.3 Modalidades	28
5.4 Actores Públicos	30
5.1 Esforço Financeiro Global da Cooperação Portuguesa em 2006.....	31
5.2 Evolução Geral da APD Portuguesa	32
5.5 Ajuda Bilateral	33
a) <i>Distribuição geográfica</i>	34
b) <i>Distribuição Sectorial</i>	36
c) <i>Principais Parceiros Bilaterais</i>	36
5.6 Ajuda Multilateral	43
a) <i>Orientações Gerais para a Ajuda Multilateral</i>	43
b) <i>Evolução e distribuição da APD Multilateral Portuguesa</i>	44
c) <i>Instituições Financeiras Internacionais</i>	45
c) <i>Cooperação Multilateral</i>	47
d) <i>Cooperação Comunitária</i>	50

Introdução

O ano de 2006 foi um ano definitivamente marcante para a Cooperação Portuguesa. No plano interno, o início da implementação da *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*¹ implicou uma série de reorientações, em termos de objectivos, metas e práticas, que afectaram sobretudo a agência de cooperação nacional, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

Os crescentes esforços internacionais para combater os flagelos que assolam os países mais pobres apontam num sentido de maior profissionalização da cooperação para o desenvolvimento. Portugal fortalece, assim, o seu compromisso para com estes esforços, aprendendo com as boas práticas internacionais e tentando adaptá-las à sua realidade. Exemplo deste compromisso é a nova política de gestão estratégica, direccionada para uma abordagem integrada de programação, acompanhamento, avaliação e para uma gestão orientada para objectivos específicos e centrada nos resultados.

No plano internacional, Portugal viu-se confrontado com o desafio de alcançar a meta de APD/RNB de 0,33%². Este desafio não foi, infelizmente, superado, sobretudo devido às limitações impostas por outros compromissos assumidos pelo Governo português para com a UE, com vista ao cumprimento das regras estabelecidas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento e que obrigaram a fortes restrições orçamentais.

No entanto, Portugal tem vindo a tentar ultrapassar estes constrangimentos, estudando formas alternativas para cumprir com as próximas metas e reafirmando o seu compromisso para com os esforços em prol do desenvolvimento.

¹ A *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa* é o novo documento orientador para a política de Cooperação Portuguesa, tendo sido aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005, publicada em Diário da República em 22 de Dezembro de 2005.

² Compromisso assumido pelos Estados-membros da União Europeia.

1. Enquadramento Estratégico Geral e Orientações Políticas

A Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento é essencialmente orientada pelas directrizes gerais da política externa portuguesa, reflectindo-a em três aspectos fundamentais: *na manutenção das relações bilaterais privilegiadas com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e com Timor-Leste*, com os quais Portugal mantém laços históricos e culturais; *na promoção da língua portuguesa no mundo*, como contributo para a sedimentação, longevidade e afirmação desta comunidade linguística no sistema internacional; e *no desenvolvimento da capacidade de Portugal se assumir como interlocutor e interveniente nas redes temáticas internacionais*, enquanto mecanismos de reforço da coordenação internacional.³

Inevitavelmente, a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento é, de igual modo, influenciada pelo contexto internacional em que opera. Num mundo globalizado e caracterizado pela crescente interdependência, verificou-se que a pobreza não é apenas um problema dos países menos desenvolvidos, dando origem a fenómenos que afectam toda a ordem internacional. Assim, a ajuda a estes países deve ser considerada uma prioridade mundial, porque o desenvolvimento se assume cada vez mais como um bem público global, na medida em que se encontra intrinsecamente ligado aos conceitos de estabilidade, bem-estar e segurança colectivos.

Neste contexto, o Governo português partilha da consciência de que, para um funcionamento verdadeiramente eficaz da globalização, torna-se urgente combater as desigualdades e a exclusão no Hemisfério Sul. Com este propósito, a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento propõe-se a *“contribuir para a realização de um mundo melhor e mais estável, muito em particular nos países lusófonos, caracterizado pelo desenvolvimento económico e social, e pela consolidação e o aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito”*⁴.

Em 2006, Portugal incluiu os grandes temas internacionais da ajuda ao desenvolvimento nas suas *Grandes Opções do Plano*⁵. A ajuda ao Sudoeste Asiático, no rescaldo do Tsunami, a Eficácia da Ajuda e África estiveram no centro das suas atenções.

³ Resolução do Conselho do Ministros 196/2005, publicada em Diário da República em 22 de Dezembro de 2005.

⁴ Idem.

⁵ As **Grandes Opções do Plano** consistem num documento estratégico, elaborado pelo Governo português e aprovado na Assembleia da República, que integra a definição das principais linhas de acção do Executivo, com base no conteúdo do seu Programa.

1.1 O Exame do CAD e as Novas Orientações da Cooperação Portuguesa

A Cooperação Portuguesa foi alvo, em 2006, de um Exame do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD/OCDE). De acordo com as conclusões do CAD/OCDE⁶, apesar de Portugal ter registado importantes avanços desde o Exame de 2001, de entre os quais se destacam a criação do IPAD e a nova estratégia para a cooperação apresentada em finais de 2005, ainda se colocam grandes desafios à Cooperação Portuguesa.

Entre estes, apontam-se a necessidade de uma operacionalização efectiva dos compromissos para aumentar a APD, em linha com os ODM e com especial enfoque na redução da pobreza, e de uma maior mobilização dos actores-chave para que este objectivo possa ser alcançado. Simultaneamente, o CAD evidenciou o complexo papel do IPAD, enquanto entidade coordenadora do sistema da Cooperação Portuguesa, que é dificultado pela grande fragmentação da ajuda, causada pela repartição de competências entre os diversos Ministérios do Governo e outras entidades públicas.

O CAD elaborou, deste modo, uma série de recomendações nos seguintes domínios: necessidade de uma orientação ao nível sectorial e das políticas; volume e distribuição da ajuda concedida; necessidade de promoção de uma coerência ao nível das políticas; de gestão e implementação da ajuda; e de ajuda humanitária.

Portugal iniciou de imediato a elaboração de uma matriz de enquadramento para novas orientações da sua política de cooperação, de modo a que estas recomendações fossem incorporadas.

Das novas orientações previstas nesta matriz destacam-se, pela sua importância, algumas acções que já se encontram em fase adiantada de implementação ou conclusão. Entre elas destaca-se o **Documento de Operacionalização da Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa**, que visa introduzir ajustamentos/alterações necessários para colocar em prática as disposições das novas linhas de orientação da política de cooperação. Esta matriz de operacionalização aborda as seguintes dimensões:

⁶ Acessíveis em http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=167&Itemid=198

Figura 1. Dimensões da Operacionalização da Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa



Fonte: IPAD/DSP

Simultaneamente, deu-se prioridade ao objectivo de se evitar a dispersão de meios em prol de uma lógica coerente, melhorando a racionalidade, eficiência e eficácia da ajuda. Para este efeito, a Cooperação Portuguesa deu continuidade à linha de orientação de concentração geográfica nos países de língua portuguesa, em especial nos PALOP e Timor-Leste e procurou ainda obedecer ao princípio de concentração sectorial na Educação, Saúde, Formação Profissional e Capacitação Institucional, numa óptica de desenvolvimento sustentável e de luta contra a pobreza, como via para a prossecução dos ODM.

2. Organização, Estrutura e Gestão da Cooperação Portuguesa

2.1 Organização e Estrutura

A Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento está estruturada segundo um modelo descentralizado, que compreende diversos intervenientes (Fig. 2).

Ao MNE, através do *Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (SENEC)*, cabe a definição das políticas e das linhas orientadoras da Cooperação Portuguesa.

O IPAD é o órgão central da Cooperação Portuguesa, tendo por missão operacionalizar,

Figura 2. Modelo da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento



supervisionar, dirigir e coordenar as políticas definidas pela tutela, e centralizar informação sobre as actividades de cooperação. O IPAD é ainda responsável pela elaboração dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC), Programas Anuais de Cooperação (PAC) e pela coordenação do Programa Orçamental da Cooperação (PO05).

Em 2006, este Instituto exerceu as suas actividades em torno dos seguintes objectivos orientadores:

Quadro 1. Objectivos do IPAD para 2006
• Racionalizar os mecanismos de concessão de ajuda e reforçar o apoio às instituições dos países beneficiários.
• Reforçar o acompanhamento e a avaliação dos programas e projectos de desenvolvimento.
• Privilegiar uma abordagem centrada nos resultados e melhorar a qualidade e transparência dos processos.
• Aumentar a coerência da APD.
• Reforçar a política de informação e comunicação.
• Proceder à reestruturação da orgânica do IPAD.
• Aumentar o grau de execução financeira dos programas.
• Iniciar uma política de valorização dos recursos humanos.

Fonte: IPAD/DSP

A *Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC)*, é um fórum de concertação sectorial e um instrumento de coordenação dos diferentes departamentos do Estado em matéria de cooperação para o desenvolvimento, auxiliando na tarefa de planeamento, acompanhamento e execução dos programas e projectos de ajuda ao desenvolvimento. A CIC realiza reuniões do seu Secretariado Permanente⁷, nas quais os ministérios sectoriais se fazem representar, regra geral, pelos Departamentos de Relações Internacionais. Estes departamentos são responsáveis pela difusão das orientações estratégicas da política de cooperação, assim como pela sua coordenação no âmbito de intervenção do seu ministério.

A par destas entidades, a Cooperação Portuguesa conta ainda com as intervenções dos Ministérios sectoriais, das Autarquias (Câmaras Municipais e Associação Nacional de Municípios) e da Sociedade Civil (ONGD, Fundações, etc).

2.2 Gestão da Cooperação Portuguesa

• Programa Orçamental da Cooperação

O Programa Orçamental da Cooperação (PO05) foi criado em 2004, tratando-se de um instrumento orçamental de programação e de afectação de verbas aos compromissos assumidos por Portugal em matéria de Cooperação. O seu coordenador é o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do IPAD.

⁷ O Secretariado Permanente é composto pelos representantes dos ministérios sectoriais e presidido pelo Presidente do IPAD.

Com a sua criação, pretendeu-se alcançar uma maior previsibilidade da ajuda, um melhor conhecimento do que cada Ministério pretende gastar e, conseqüentemente, uma menor dispersão de verbas característica da multiplicidade de intervenientes/executores.

Em termos estruturais e formais, o PO05 de 2006 é em tudo semelhante ao de 2005, mas desde 2004 verificaram-se algumas evoluções que, em termos de resultados, merecem uma nota especial.

Assim, as modificações operadas desde 2004 ao PO05 atestam a sua vitalidade e a importância que assume para os decisores políticos. É um instrumento vivo que tem vindo a ser aperfeiçoado desde a sua criação. A primeira grande modificação foi a criação da Medida 3⁸, referente à Cooperação Técnico Militar, que permitiu enquadrar a actuação de tradicionais actores da Cooperação Portuguesa que até então não estavam completamente reflectidos no Programa. O aperfeiçoamento do PO05 não se evidenciou apenas na sua estrutura, manifestando-se igualmente na sua coordenação, o que tem vindo a permitir o alargamento do leque de executores e a assimilação das práticas processuais pelos mesmos.

Em termos de execução global do PO05, em 2006, deverão ser tidos em conta não só os bons resultados obtidos na execução financeira, mas acima de tudo alertar para a diminuição dos montantes envolvidos no esforço de Cooperação. Numa primeira leitura depreender-se-á que a execução do PO05 é bastante positiva. No entanto, a verdade é que as dotações diminuíram, os pagamentos diminuíram, e as metas foram concretizadas essencialmente pelo refinamento do apuramento da informação e não por um aumento da actuação.

Quadro 2. Evolução da Dotação e da Execução do PO05 (2004-2006)

	<i>Milhões €</i>		
	2004	2005	2006
Dotação Ajustada*	266.678.937	327.637.736	270.449.204
Execução	191.373.833	253.295.250	220.393.340
Taxa de Execução	72%	77%	81%

* À data de Dezembro do respectivo ano

Fonte: IPAD/DSP

Efectivamente, ao fim de três anos de Programa, persistem alguns constrangimentos ao seu bom funcionamento, a saber em matéria de: plurianualidade (as características plurianuais do Programa e das acções de Cooperação Internacional não se coadunam com a afectação anual de

⁸ Esta Medida veio juntar-se às já existentes Medida 1 - *Cooperação para o Desenvolvimento* e Medida 2 - *Cooperação Técnico-Científica*.

verbas que financiem os Projectos e Actividades que materializam a actuação no âmbito do PO05); saldos transitados (a não afectação automática à despesa, dos saldos de anos anteriores, condicionam a execução das acções de Cooperação para o Desenvolvimento); preparação do Programa (o Coordenador deverá ter maiores prerrogativas junto das entidades executoras, não se limitando a um papel meramente passivo de recolha/prestação de informação, que obsta aos bons resultados finais); e acompanhamento e execução (as actuais competências conferidas ao IPAD, enquanto Coordenador do programa, não lhe permitem um eficaz acompanhamento das alterações à programação, nem da execução).

Os decisores políticos têm dado sinais bastante evidentes da importância da Cooperação para o Desenvolvimento para o Estado português. A reestruturação operada no PO05 para 2007 é prova disso. O aperfeiçoamento dos mecanismos financeiros de coordenação à disposição da entidade competente, o IPAD, está a assumir contornos cada vez mais delineados. No entanto, a redefinição de competências e mecanismos não se afigura como suficiente, sendo necessário que a mesma seja acompanhada por dotações orçamentais realistas, o que significa que a dotação e os pagamentos do PO05 terão que aumentar.

- *Base de Dados da Cooperação Portuguesa*

A *Base de Dados da Cooperação* é outro dos mecanismos de gestão, constituindo um instrumento fundamental para a centralização, coordenação e gestão da informação oficial sobre as actividades de cooperação. Em 2006, foi alargada a consulta a todos os técnicos e dirigentes do IPAD, através de matrizes modelo que permitem parametrizar a pesquisa, tornando a consulta mais simples e acessível.

Foi, ainda, elaborado e difundido um *Manual da APD*, com vista a esclarecer os principais conceitos envolvidos na APD e a explicar o processo de contabilização da mesma.

3. Princípios da Cooperação Portuguesa

3.1 Harmonização e Alinhamento

- *O Plano de Acção de Portugal para a Eficácia da Ajuda*

Portugal comprometeu-se com uma mudança nas suas práticas na atribuição da Ajuda ao Desenvolvimento, tendo em vista uma melhoria do impacto das suas actividades nos países parceiros.

Na sequência da elaboração do “Plano de Acção de Portugal para a Harmonização e o Alinhamento”⁹, elaborado pela Cooperação Portuguesa em 2005, como materialização dos compromissos assumidos na Declaração de Roma, em 2006 procedeu-se à conclusão do “Plano de Acção de Portugal para a Eficácia da Ajuda”¹⁰. Este Plano recorre ao novo documento de orientação estratégica da Cooperação Portuguesa, “*Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*” e traduz os compromissos assumidos por Portugal nos vários *fora* internacionais.

Em termos de conteúdo, o “Plano de Acção de Portugal para a Eficácia da Ajuda”, além de incorporar as medidas definidas no “Plano de Acção para a Harmonização”¹¹, acrescenta outras que, por sua vez, se traduzem em metas calendarizadas. Estas medidas e metas estão estruturadas para cada uma das dimensões dos compromissos de parceria - Apropriação, Alinhamento, Harmonização, Gestão Orientada para os Resultados e Responsabilidade Mútua.

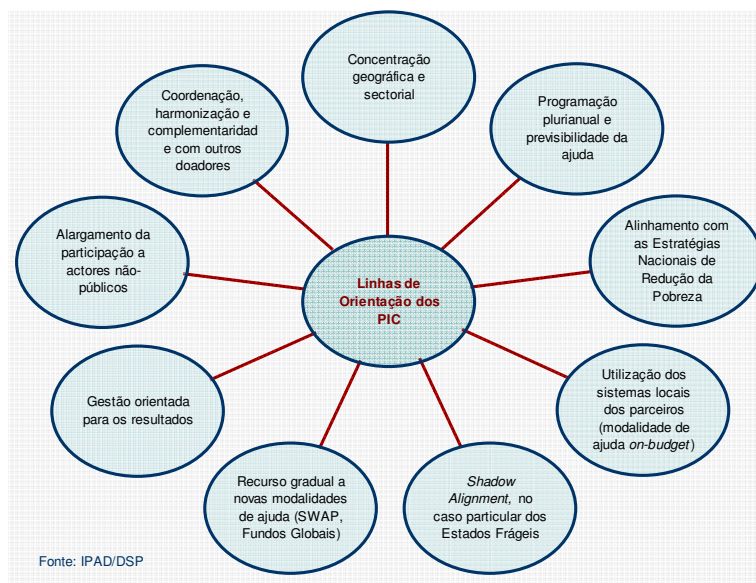
O Plano foi difundido pelos vários intervenientes da Cooperação Portuguesa, disponibilizado na página do IPAD e, ainda em 2006, foi adjudicada a sua tradução em língua inglesa.

- *O Quadro Comum da UE para os Programas de Estratégia por País*

Em Abril de 2006 foi concluída a revisão do “Quadro Comum da UE para os Programas de Estratégia por País”, com vista a que este reflectisse as evoluções registadas a nível internacional, nos últimos anos, e promovesse a coordenação e complementaridade entre doadores (UE) e parceiros, na concessão da ajuda externa.

A partir deste novo quadro de programação comunitário, o IPAD elaborou um documento orientador para os Programas Estratégicos por País, intitulado “Linhas de Orientação para os PIC 2007-2009”, que determina, essencialmente, instituir um formato comum em conformidade com o quadro de programação comunitário (Figura 3.). Desde logo, os trabalhos de

Figura 3. Novos Princípios Orientadores da Cooperação Portuguesa



⁹ Acessível em: http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/ha_planodeaccao.pdf

¹⁰ Acessível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/planoeficaciaajuda.pdf> (versão portuguesa) e <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/PlanoEficaciaAjudaEn.pdf> (versão inglesa)

¹¹ Elaborado pelo IPAD no seguimento dos compromissos assumidos no HLF I de 25 de Fevereiro de 2003.

preparação dos PIC de Angola 2007/2010, de Moçambique 2007/2010 e de Timor-Leste 2007/2009 seguiram o formato comum indicado no novo documento.

- *A Harmonização e o Alinhamento com os Países Parceiros no ciclo de programação para 2007*

O *alinhamento* com os mecanismos e estratégias dos países parceiros é um passo fundamental para se melhorar a qualidade e a eficácia da ajuda concedida pelos doadores, por um lado, e para se facilitar a sua apropriação pelos parceiros, por outro.

Portugal tem desenvolvido esforços neste sentido. Ao longo de 2006, foram promovidas reuniões técnicas de trabalho que envolveram os organismos beneficiários e os executores, no sentido de aprofundar o trabalho de programação das actividades dos programas/projectos, identificar áreas onde o alinhamento fosse possível e redefinir, quando necessário, alguns objectivos e reorientar acções. Neste contexto as *Missões de Diagnóstico* aos países parceiros revelaram-se um útil instrumento.

Simultaneamente, foi dada particular atenção às *Estratégias Nacionais de Redução da Pobreza* dos países parceiros. Neste âmbito, a harmonização entre doadores e o alinhamento entre doador e parceiro na programação dos projectos foi particularmente relevante em S. Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau, facilitando a estes países o processo de apropriação do seu desenvolvimento. A realização de mesas redondas sectoriais de doadores (Dezembro 2006), permitiu ao Governo santomense apresentar os programas e projectos para as áreas consideradas prioritárias e sensibilizar os doadores para a sua concretização. E em Genebra (Novembro 2006), realizou-se uma mesa redonda de doadores para a Guiné-Bissau, que previu um desembolso de 262,5 MUSD de ajuda financeira para os próximos cinco anos (2006-2011), mediante a apresentação de provas de boa governação pelo Governo guineense.

- *O Exercício Conjunto da UE / ONU em Moçambique - ODAMOZ*

Em 2006, procedeu-se ao tratamento e envio de informação sobre a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) portuguesa realizada em 2005 e 2006 com Moçambique, para o sistema da ODAMOZ. O envio regular de informação sobre os projectos da Cooperação Portuguesa para a ODAMOZ, permite participar num exercício conjunto entre doadores bem como facilita um maior alinhamento com as autoridades moçambicanas.

3.2 Coerência de Políticas e Coordenação dos Actores

Portugal considera que uma maior coerência entre as políticas que afectam o desenvolvimento dos países mais pobres é uma condição fundamental para que o sucesso na prossecução dos ODM, na luta contra a pobreza e na eficácia da ajuda, possa ser efectivamente alcançado. Não obstante, reconhece também que a equiparação da importância conferida à política de cooperação para o desenvolvimento à de outras políticas nacionais encontra ainda muitos obstáculos em grande parte dos doadores internacionais.

No seu caso particular, Portugal encontra-se ainda numa fase inicial da promoção de uma “cultura” de coerência em relação às implicações das diversas políticas nacionais no desenvolvimento dos seus países parceiros. No âmbito deste esforço, assumem especial destaque dois instrumentos fundamentais:

- A *Conferência Interministerial para a Cooperação (CIC)*, enquanto fórum relevante de concertação interministerial e de intercâmbio de informação. Nela são debatidos temas de carácter sectorial, mas também temas transversais à cooperação para o desenvolvimento, de modo a atingir-se internamente uma maior coordenação, coerência e complementaridade de políticas e práticas, entre os diversos intervenientes na Cooperação Portuguesa.

Em 2006, a CIC reuniu sete vezes, tendo abordado diversos temas, dos quais se destacam: a apresentação dos Programas Anuais de Cooperação para 2006 com os PALOP e Timor-Leste, importante para uma maior coordenação e coerência em matéria de acções e iniciativas a empreender; a operacionalização da *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, que foi debatida pelos diversos Ministérios sectoriais e pelo IPAD; as novas *Estratégias Sectoriais para a Cooperação Portuguesa*, cuja elaboração requereu a colaboração do IPAD e de diversos Ministérios sectoriais; e a apresentação da nova estrutura do Programa Orçamental da Cooperação para 2007.

- A *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, que compromete Portugal com os princípios da coerência, estabelecendo mecanismos e prioridades, com vista a uma maior coordenação das diversas contribuições dos actores da cooperação nacional. Assim, pretende-se alcançar uma maior coerência na formulação e implementação das políticas públicas susceptíveis de afectarem o desenvolvimento dos países mais pobres.

Para se atingir este objectivo, e numa perspectiva complementar à CIC, previu-se a criação de um *Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento*, cujo propósito será o de estabelecer uma concertação entre os agentes públicos e privados de cooperação, para uma catalisação de sinergias e promoção de formas de complementaridade entre as acções desenvolvidas.

3.3 Avaliação e Orientação para os Resultados

A melhoria da política de APD Portuguesa passa pelo fortalecimento de uma cultura de avaliação. Esta deve constituir uma rotina da boa gestão e tornar-se um dos principais pilares para os mecanismos de tomada de decisão. Permite, assim, aumentar a eficácia da ajuda ao nível das políticas e ao nível operacional, corrigindo desvios, retirando ensinamentos das experiências passadas e incorporando as lições e as recomendações nas intervenções em curso e futuras.

Em 2006 realizaram-se as seguintes acções¹²:

Quadro 3. Avaliações da Cooperação Portuguesa

Avaliações da Cooperação Portuguesa	Ponto de situação
Avaliação dos PIC de Angola e Moçambique	Concluída. Resultados difundidos pelos diversos actores da cooperação portuguesa e países parceiros e disponibilizados no website do IPAD.
Avaliação do PIC de Timor-Leste	Em curso. Por adiamento da deslocação ao terreno, a conclusão dos processos de recolha e análise da informação, de elaboração da versão provisória do relatório final e de realização do workshop final terminaram mais tarde. A versão final do Relatório foi entregue no final de Janeiro de 2007, tendo integrado os comentários e sugestões do workshop.
Avaliação da Política de Bolsas do IPAD	Concluída. Resultados difundidos pelos diversos actores da cooperação portuguesa e países parceiros e disponibilizados no website do IPAD.
Cooperação na área da Estatística	Foram elaborados os Termos de Referência para discussão com os actores envolvidos, devendo os mesmos ser enviados aos países parceiros para recolha de comentários.
Avaliações Conjuntas	Ponto de situação
Global Budget Support (CAD)	O IPAD acompanhou a discussão de todo o processo de conclusão e disseminação de resultados da avaliação conjunta do Apoio ao Orçamento (GBS) e, em Dezembro, realizou uma acção interna de disseminação dos resultados.
3 C - Coerência, Coordenação e Complementaridade (UE)	O processo Avaliação dos 3C foi acompanhado indirectamente, não tendo o IPAD participado na reunião de Junho, em Bruxelas, por indisponibilidade dos recursos humanos. Pela mesma razão, o IPAD não participou na reunião de Chefes de Avaliação da UE.
Rede de Avaliação do CAD	O IPAD participou nas reuniões da Rede de Avaliação do CAD (Março e Novembro, Paris).

Fonte: IPAD/DSP

No que diz respeito a documentos de orientação estratégica, foi elaborado o documento **Política de Avaliação**, norteador da função da avaliação na Cooperação Portuguesa e, em Dezembro, foi realizada uma acção de formação interna sobre Avaliação na Cooperação.

Simultaneamente, foi concluída a elaboração do último capítulo do **Guia de Avaliação – Metodologias e Técnicas de Avaliação**, a incluir na página da Avaliação do *website* do IPAD e procedeu-se à elaboração de um **Guia Comentado de Recursos sobre Avaliação na Internet**, a incluir na área da Avaliação do *website* do IPAD.

¹² Para ver os Sumários Executivos das Avaliações realizadas, consultar, por favor: http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=167&Itemid=198

No âmbito do **Exame do CAD a Portugal**¹³, foi realizado todo o trabalho necessário, desde a difusão das versões preliminares do relatório, recolha de comentários, respostas para a OCDE, difusão de resultados finais, tradução das principais conclusões e recomendações e sua inclusão no *website* do IPAD, bem como organização dos encontros entre o Presidente do CAD e o Grupo Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Cooperação, na Assembleia da República, e a sessão pública de apresentação dos resultados, no dia 2 de Junho.

Ao longo das acções desenvolvidas em 2006 no domínio da avaliação, ressaltou mais uma vez uma notória debilidade, aliás comum a outras agências, que é a dificuldade em encontrar consultores com experiência e capacidade legal para realizar as avaliações. Com efeito, embora a avaliação de políticas públicas seja uma matéria em que existem competências e experiência consideráveis, na área específica da avaliação da cooperação para o desenvolvimento elas são ainda escassas, em parte por inexistência de formação específica nesta área. Este constrangimento coloca algumas dificuldades à eficácia da política de avaliação e consequente incorporação de resultados na Cooperação Portuguesa.

3.4 Desligamento da Ajuda

Portugal tem participado e acompanhado a discussão sobre o desligamento da ajuda nas várias instâncias internacionais, tendo-se mostrado favorável às adaptações efectuadas à Recomendação de 2001, na *Senior Level Meeting* de 15 de Março de 2006.

Em Janeiro de 2006, o IPAD procurou instituir um procedimento-rotina para congregação da informação sobre os projectos sujeitos a concurso, com vista a facilitar o processo de notificação ao CAD-OCDE.

Em 2006, a percentagem da ajuda portuguesa desligada representa 61% do total da APD Bruta (Quadro 4). No que concerne à percentagem de ajuda ligada, registou-se uma diminuição na ordem dos 7%, face a 2005, o que indica um esforço no cumprimento das recomendações do CAD. Este tipo de ajuda corresponde maioritariamente ao financiamento de pequenos projectos, seleccionados caso a caso, de acordo com as suas características específicas.

¹³ Resumo das principais conclusões e recomendações em:
<http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/examecad.pdf>

Quadro 4. Grau de ligação da APD Portuguesa 2006 *

APD BRUTA	Donativos		Empréstimos		TOTAL	
		%		%		%
a) Desligada	43	79	0	0	43	61
b) Parcialmente desligada	0	0	14	91	14	20
c) Ligada	11	21	1	9	13	18
TOTAL	54	100	16	100	70	100

Milhões €

* Exclui cooperação técnica e custos administrativos.

a) Desligada - quando a ajuda fornecida leva directamente à aquisição/importação de bens e serviços, é aberto concurso a todos os países da OCDE e a todos os países beneficiários da ajuda.

b) Parcialmente desligada - quando a ajuda fornecida leva directamente à aquisição/importação de bens e serviços, é aberto concurso ao doador e a todos os países beneficiários da ajuda.

c) Ligada - quando a ajuda fornecida leva directamente à aquisição/importação de bens e serviços, é aberto concurso apenas ao doador ou ao doador e a países beneficiários específicos.

4. Prioridades da Cooperação Portuguesa

4.1 Prioridades Geográficas

Segundo as orientações definidas na *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, o princípio da concentração geográfica assume-se como uma via fundamental para tornar a Cooperação Portuguesa mais eficaz. Nesta linha, foram renovados os compromissos de Portugal para com o espaço lusófono, enquanto área geográfica de intervenção prioritária da Cooperação Portuguesa.

Efectivamente, os PALOP e Timor-Leste continuam a constituir espaços de intervenção privilegiada, na sequência dum passado histórico comum. Os laços históricos e culturais conduziram nos países parceiros à formação de uma matriz institucional e jurídica semelhante à portuguesa, o que facilita a capitalização das vantagens comparativas portuguesas face a outros doadores – língua e história –, que se verificam não só em termos geográficos como em termos sectoriais.

A par das relações bilaterais de Portugal com cada um destes países, definiu-se ainda que deveria ser concedido particular incentivo à cooperação Sul-Sul, estimulando-se, por exemplo, as relações entre o Brasil e os PALOP e as relações no âmbito da CPLP. Uma especial atenção deverá, igualmente, ser dada por Portugal ao contexto regional em que se insere cada um dos seus parceiros bilaterais, uma vez que podem revelar-se como importantes espaços para acções da Cooperação Portuguesa¹⁴.

¹⁴ *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, MNE, Ed. IPAD, Fevereiro 2006, p. 25

4.2 Prioridades Sectoriais

As limitações que afectam a Cooperação Portuguesa, em termos de recursos e capacidades, têm uma implicação fundamental na escolha dos seus sectores de intervenção, pelo que a racionalização das suas prioridades se tornou uma das preocupações centrais do sistema de cooperação português ao longo dos últimos anos.

Com esta política de concentração sectorial pretende-se tornar a ajuda concedida mais eficaz e evitar uma grande dispersão e multiplicação de pequenas acções, de impacto e visibilidade reduzidas. Este objectivo exige, portanto, a selecção criteriosa dos sectores de intervenção, elaborada com base em dois critérios fundamentais: as necessidades mais prementes dos países parceiros, identificadas nos seus documentos de estratégias nacionais para o desenvolvimento; e a mais-valia específica da Cooperação Portuguesa.

Os factores que conferem a Portugal potencialidades radicam, sobretudo, na língua portuguesa e no conhecimento histórico, o que propicia uma concentração nas áreas da **educação e formação**, da **saúde** e da **capacitação institucional**; desde o reforço da capacidade administrativa do Estado à promoção de condições de boa governação.

4.3 Temáticas Transversais

- *Estados Frágeis*

As orientações internacionais em termos de harmonização, alinhamento e apropriação dos países beneficiários do seu próprio desenvolvimento, dedicam especial atenção aos **Estados Frágeis**. Com esse objectivo, o *Fragile States Group* está a realizar um exercício que visa identificar *Princípios para a Boa Intervenção em Estados Frágeis*, de modo a integrá-los no exercício de harmonização e alinhamento, através de uma ajuda que seja adaptada a contextos de fraca capacidade de governação. No âmbito deste exercício, Portugal ofereceu-se em 2005 como facilitador para a Guiné-Bissau.

Portugal, representado pelo IPAD, acompanhou e participou na reunião do Grupo de Trabalho do CAD/OCDE sobre os Estados Frágeis (Junho, Paris), na qual foi apresentado um ponto de situação sobre os exercícios nos nove países piloto. Esta iniciativa foi seguida de um seminário que reuniu os facilitadores dos exercícios piloto, representantes do CAD/OCDE, do PNUD, do BM e do FMI, e também representantes de alguns países que estão a ser alvo do exercício, designadamente do Yemen e da Guiné-Bissau. O seminário permitiu assim, uma troca de

impressões e alguns esclarecimentos relativamente a diferentes interpretações sobre os 12 princípios acordados.

No âmbito da coordenação da acção de Portugal como facilitador do *Exercício Piloto para a Guiné Bissau de Aplicação dos Princípios para uma Intervenção Eficaz em Estados Frágeis*, foi realizado um estudo que avaliou a situação do país relativamente a cada um dos doze princípios, tendo sido consultados actores guineenses (do governo e sociedade civil) e os principais doadores presentes no terreno.

A matriz de implementação dos princípios foi validada pelo Governo guineense em Outubro de 2006, e no mês seguinte concluiu-se a Fase I do exercício de facilitação, com a realização do *Seminário sobre a Aplicação dos Princípios*, em Bissau. Este seminário teve como principal objectivo debater a relevância e implementação da aplicação dos princípios para uma intervenção internacional eficaz nos Estados Frágeis, mais concretamente na Guiné-Bissau, de modo a melhorar a actuação da comunidade doadora internacional. As conclusões do seminário têm como ideias base a necessidade de estabilidade política, inclusão reforma do sector da segurança num quadro mais amplo de reformas, promoção do sector privado, capacitação institucional, apropriação do processo de desenvolvimento pelas autoridades guineenses, harmonização dos procedimentos dos doadores e o alinhamento com as estratégias de desenvolvimento do *DENARP - Documento Estratégico Nacional de Redução da Pobreza*, entre outras.

- *Luta Contra a Pobreza e Desenvolvimento Sustentável*

A luta contra a pobreza e o desenvolvimento sustentável encontram-se no centro das preocupações da Cooperação Portuguesa. Esta é uma óptica fundamental, que rege a maioria das acções dos diversos actores. Porém, neste domínio, colocam-se em relevo as acções levadas a cabo pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, cuja estratégia se direcciona em dois sentidos prioritários: a Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social e Reforço Institucional.

Procurando a globalidade como forma mais eficaz de actuação, os projectos desenvolvidos no âmbito da Luta Contra a Pobreza dirigem-se aos grupos mais vulneráveis das populações, identificados pelos países parceiros, de acordo com as suas reais condições de vida (mulheres, idosos, crianças e jovens). Estes projectos visam a respectiva inserção social, através da melhoria das condições de vida e, necessariamente, ambientais; do apoio à criação/melhoria de condições de higiene e segurança, em casa e nos locais de trabalho; do apoio na orientação e formação profissionais; e da melhoria das capacitações educacionais e sócio-culturais.

Simultaneamente, procura-se fazer-se uso da concessão do Microcrédito, de modo a possibilitar não só o desenvolvimento de trabalhos de saneamento básico e de melhoria habitacional, como a criação e implementação de pequenos negócios, numa óptica de criação do próprio emprego, de melhoria da auto-estima e do bem-estar das populações abrangidas.

Com o Reforço Institucional, por seu turno, procura-se melhorar as capacidades das instituições, através de financiamento para a aquisição de material e de equipamento, necessárias ao respectivo funcionamento; dar apoio técnico e legislativo, procurando, também uma maior abrangência e eficácia na aplicabilidade da protecção social; e desenvolver acções de formação para o pessoal dos quadros.

Pretende-se, assim, apoiar a capacitação das instituições para que estas possam desempenhar, com a maior eficácia, o seu papel de suporte no desenvolvimento educacional e sociocultural das suas populações.

- *Género*

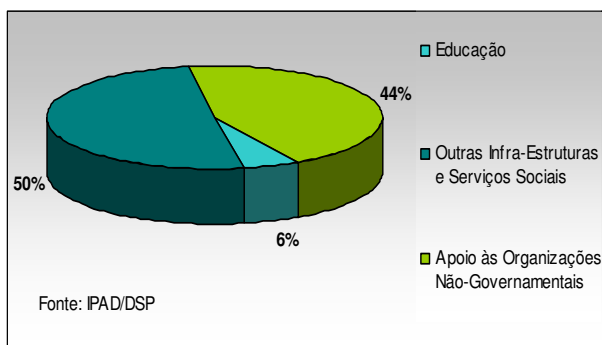
A igualdade de Género foi identificada como uma das prioridades no contexto da Cooperação Portuguesa. Assim, foi já elaborado um documento de estratégia operacional, que se encontra em fase de finalização.

Portugal tem participado nas reuniões anuais de peritos dos EM sobre Género e Desenvolvimento, promovida pela Comissão Europeia, no âmbito das quais colaborou na preparação da Comunicação “Igualdade de Géneros e Capacitação das Mulheres no contexto da Cooperação para o Desenvolvimento”, no quadro do novo ciclo de programação.

No que respeita à cooperação para o desenvolvimento, verifica-se que a Igualdade do Género pode ser o objecto central de uma determinada intervenção, mas que a temática pode apresentar-se como “transversal” aos diversos projectos e programas, ou seja, tida em conta em termos de objectivos específicos, e conseqüentemente em termos de actividades e de resultados devidamente mensuráveis de intervenções sectoriais.

Esta perspectiva tem vindo progressivamente a ser incorporada em alguns dos projectos e programas portugueses, sobretudo na área dos serviços sociais e do apoio às ONG (Gráfico 1.), existindo já alguns indicadores de progresso ao nível das intervenções concretas.

Gráfico 1. Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa na área do Género



A Igualdade de Género é vista não só como um direito humano fundamental mas também como uma questão de justiça social, estando associada inquestionavelmente ao desenvolvimento sustentável e à redução de pobreza. As intervenções deverão focar aspectos como a capacitação das mulheres relativamente aos seus direitos políticos e económicos, promovendo acções que vão para além dos sectores sociais e

abranjam áreas tais como o crescimento económico, o comércio, as migrações, o ambiente e infra-estruturas, governação, agricultura, estados frágeis, paz e reconstrução. A introdução sistemática da temática no diálogo político, constitui também prioridade.

- *Ambiente*

A protecção do ambiente e a gestão sustentável dos recursos naturais constituem uma área prioritária da Cooperação Portuguesa. No documento “Uma visão estratégica para a Cooperação Portuguesa” são identificadas a protecção do ambiente e a gestão sustentável dos recursos naturais como uma prioridade sectorial. Este documento refere que a protecção do ambiente e o ordenamento do território são essenciais para assegurar o mínimo de qualidade de vida das populações, dado os seus reflexos directo na saúde humana e no combate à pobreza. Nesta perspectiva, a Cooperação Portuguesa coloca a mais-valia do seu conhecimento ao serviço da gestão sustentável dos recursos naturais, em particular dos recursos hídricos e da biodiversidade nos países em desenvolvimento.

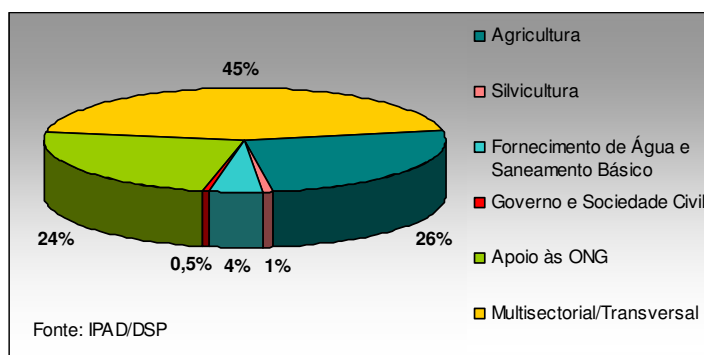
A Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento na área do **ambiente** tem vindo a ser desenvolvida a nível multilateral e bilateral. A nível multilateral, Portugal contribui financeiramente para os instrumentos e fundos financeiros das principais Convenções e Fundos, que em alguns casos são contabilizados como ajuda pública ao desenvolvimento, nomeadamente o Facilidade Ambiental Global (GEF), o Protocolo de Montreal à Convenção de Viena sobre a Protecção da Camada do Ozono, a Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC), o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), a Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CCD), a Convenção sobre a

Diversidade Biológica (CBD), e a Convenção da União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos (IUCN).

Em 2006, Portugal, através do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, apoiou financeiramente a realização de um Workshop regional na América Latina e em África enquadrado no Programa de trabalho sobre a adaptação no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alteração Climáticas.

Em termos bilaterais, a Cooperação Portuguesa na área do ambiente, tal como indicado nos Programas Indicativos de Cooperação assinados com os diferentes países, tem vindo a desenvolver-se essencialmente nas áreas da água e saneamento, alterações climáticas e capacitação institucional. A distribuição sectorial desta ajuda fez-se, em 2006, de acordo com o Gráfico 2.:

Gráfico 2. Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa na área do Ambiente



Assim, em 2006, Portugal realizou as seguintes acções:

- Continuação da implementação do Sistema de Informação Climática e do Estado do Mar para Apoio ao Desenvolvimento Sustentado em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. A importância deste Projecto levou a que o governo da Guiné-Bissau solicitasse que um sistema semelhante fosse instalado no seu país.
- Início de um Projecto que visa Quantificar o Carbono Armazenado e a Capacidade de Sumidouro da Vegetação Florestal da Guiné-Bissau e ainda Capacitar técnicos da GB nos métodos e tecnologias utilizados.
- Ainda, no âmbito das alterações climáticas, continuou o apoio à participação de um membro da Delegação Nacional de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe na reunião dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas.

- Teve início um Projecto de Formação de Inspectores Ambientais em Cabo Verde, com o objectivo de dotar a Direcção-Geral Ambiente de Cabo Verde de um corpo de Inspectores Ambientais
- Foi ainda apoiada financeiramente a participação dos Ministérios do Ambiente de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste na 3ª Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP que decorreu em Brasília.

As **alterações climáticas** integram, especialmente, as prioridades sectoriais da estratégia da Cooperação Portuguesa, no âmbito do apoio ao desenvolvimento sustentável. A temática será autonomizada pelo IPAD, através de uma estratégia operacional ou plano de acção para o sector do Ambiente, documento que se encontra em fase final de elaboração.

Em Maio de 2006, Portugal, representado pelo IPAD, participou na 24.ª sessão do Órgãos Subsidiários da *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC) e elaborou recomendações estratégicas para *mainstreaming* das alterações climáticas na definição dos instrumentos de planeamento da cooperação, para suporte do ciclo de projecto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) nos países beneficiários, e para operacionalizar outras opções de capacitação para a mitigação.

No contexto da cooperação multilateral lusófona, o IPAD participou nas reuniões da Rede Lusófona para as Alterações Climáticas (RELAC), estimulando a identificação de necessidades de capacitação, e elaborou propostas de medidas sectoriais para inclusão no Plano Indicativo de Cooperação 2007-08 da CPLP, designadamente no reforço de capacidades das Autoridades Nacionais Designadas e Pontos Focais para a UNFCCC e constituição de parcerias de financiamento de projectos MDL.

No âmbito da coordenação interministerial, o IPAD apoiou a participação de Portugal na Comissão para as Alterações Climáticas, nomeadamente aquando da definição dos estatutos do Fundo Português de Carbono.

Outra das iniciativas portuguesas em matéria de ambiente que merece destaque é o acompanhamento do processo relativo à **Facilidade para a Água**. Portugal encontra-se envolvido nesta iniciativa desde Setembro de 2004, participando activamente nas reuniões do Grupo de Trabalho Informal, que reúne habitualmente cada 2 meses.

Paralelamente, o IPAD tem feito um trabalho de informação junto dos potenciais interessados, por diversos meios, (envio de informação, reuniões informais, etc.).

A Cooperação Portuguesa envolveu-se neste processo também como potencial co-financiadora de um dos projectos apresentados, o Projecto de “Captação de Água e Execução de Estruturas Envolventes para Abastecimento a Povoações do Kuanza Sul – Angola”, entretanto aprovado.

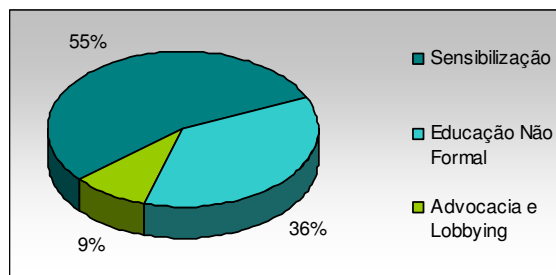
Este envolvimento enquadra-se numa das prioridades sectoriais da Cooperação Portuguesa, que aponta para a protecção do ambiente e a gestão sustentável dos recursos naturais, em particular dos recursos hídricos, tendo em vista o cumprimento das Metas previstas nos ODM utilizando, quando oportuno, novos mecanismos de financiamento do desenvolvimento.

- *Educação para o Desenvolvimento*

O Documento *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa* confere, também, um destaque particular à Educação para o Desenvolvimento, considerando-a um instrumento fundamental na promoção dos “valores e atitudes de solidariedade e justiça que devem caracterizar uma cidadania global e responsável”¹⁵.

Reconhecendo a extrema importância que o papel da Educação para o Desenvolvimento assume na adopção de uma estratégia que permita produzir os efeitos desejados na sensibilização da população portuguesa para as questões do desenvolvimento, foi assumida com a Plataforma Portuguesa das ONGD a criação de uma linha de financiamento própria para apoio a projectos nesta área, tendo decorrido em 2006 a candidatura a projectos desta natureza. No âmbito desta candidatura, dos 70 projectos apresentados, foram aprovados 11 projectos, de 8 ONGD, tendo sido desembolsados 532.896 €.

Gráfico 3. Distribuição Sectorial dos Projectos de Educação para o Desenvolvimento apoiados pelo IPAD (2006)



Fonte: IPAD/DASC
Tratamento: IPAD/DSP

¹⁵ *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, MNE, Ed. IPAD, Fevereiro 2006, p. 45

4.4 Ajuda Humanitária

A Ajuda Humanitária é, por definição, toda e qualquer acção que contribua de forma imediata e eficaz na minimização dos efeitos das catástrofes de vária natureza junto das populações directamente afectadas. A *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa* chama a atenção para o facto do elevado número da crescente complexidade das situações de conflito e de crise humanitária¹⁶, que exige uma resposta cada vez mais rápida e eficaz quer da parte dos doadores, como da sociedade civil.

Neste quadro de urgência, foi elaborado, em 2006, um *Plano de Acção Interinstitucional*, com definição de protocolos a celebrar com os diferentes actores estatais, de modo a assegurar a prestação de ajuda humanitária de forma coordenada e eficaz. Foi ainda elaborado um *Plano de Aplicação dos Princípios e Boas Práticas do Doador Humanitário*, no âmbito da iniciativa *Good Humanitarian Donorship*.

Em termos de apoios prestados, estes foram concedidos tendo em conta as prioridades definidas e os apelos internacionais, designadamente das Nações Unidas (Quadro 5). Na esfera multilateral, Portugal contribuiu para o *CERF – Central Emergency Response Fund*, no âmbito das Nações Unidas, com um montante de 200.000€.

¹⁶ *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, MNE, Ed. IPAD, Fevereiro 2006, p. 46

Quadro 5. Distribuição sectorial e geográfica do apoio prestado em 2006

Sector	Região/País	Âmbito	€
Resposta de emergência			
Assistência e serviços de auxílio material	Argélia	Ajuda de emergência e humanitária à Argélia	73.188
	Guiné-Bissau	Contribuição para o Plano de Emergência da OMS para a África Ocidental (vacinação)	44.000
		Pro Dignitate - Envio de contentores	5.957
	Indonésia	Ajuda de emergência na sequência do TSUNAMI de 2004 - Apoio à reconstrução da rede de serviços de saúde em colaboração com a ONG OIKOS	291.000
	Sudão	Contribuição para o Apelo do ACNUR para o Sudão (crise do Darfur) 2006	1.000.000
	Timor-Leste	Assistência Médica à População do Enclave Oe-cusse (AMI)	7.595
Crise humanitária - Envio de antibióticos e soro fisiológico		14.007	
	ONG INDE - Crise Humanitária - Apoio a deslocados internos	2.019	
Sub-Total			1.437.766
Coordenação de auxílio; protecção e serviços de apoio	Países em desenvolvimento não especificados	Contribuição anual para o UN/CERF - The Central Emergency Response Fund	200.000
	Líbano	Apelo MCDA (Military and Civil Defense Assets) n.º 1 do OCHA - Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas	200.000
Sub-Total			400.000
Total Resposta de Emergência			1.837.766
Auxílio à Reconstrução e Reabilitação			
Auxílio à reconstrução e reabilitação	Indonésia	Reabilitação da clínica e construção escola vocacional de medicina em Lamno e construção de um complexo de escolas em Lamno	1.500.000
	Iraque	Manutenção da paz no Iraque e apoio à reconstrução do país - Izsfor - Força de Estabilização no Iraque	117.789
		NTM - I NATO Training Mission in Iraq (Missão de treino da NATO no Iraque)	204.808
	Sri Lanka	Tsunami - Construção de uma pré-escola, reabilitação de um hospital, prestação de assistência básica a famílias Burgher	959.276
	Myanmar	Tsunami - Reabilitação de escolas (UNICEF)	50.000
	Maldívas	Tsunami - Reabilitação do Colégio de Estudos Superiores a apoio ao sector agrícola	300.000
	Malásia	Tsunami - Construção de um complexo residencial para idosos em Kuala Muda	331.800
	Seychelles	Tsunami - Desassoreamento de pontos costeiros	150.000
Tailândia	Tsunami - Construção de um abrigo para crianças em Mueang	140.472	
Total Auxílio à reconstrução e reabilitação			3.754.145
Total Ajuda Humanitária			5.591.911

Fonte: IPAD/DSP

O IPAD coordenou ainda a atribuição da ajuda humanitária Portuguesa ao Líbano, através da disponibilização de um C-130 da Força Aérea Portuguesa, que efectuou o transporte de 40 toneladas de bens de primeira necessidade do *Programa Alimentar Mundial*, desde o seu armazém em Brindisi (Itália), até Beirute.

4.5 Apoio à Sociedade Civil

O apoio à sociedade civil é considerada outra das prioridades da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento. Uma sociedade civil forte é um importante elemento na construção e desenvolvimento de democracias e um teste permanente à sensibilidade das sociedades relativamente a assuntos como a pobreza, a desigualdade de géneros e o livre acesso à educação.

A importância conferida à sociedade civil, enquanto parceiro do Estado português na Cooperação para o Desenvolvimento, é amplamente reconhecida no novo documento político orientador. Neste, pode ler-se que é reconhecida a “*mais-valia da sociedade civil, enquanto conjunto de*

*associações, empresas e impulsos de natureza não governamental, independente e autónoma, que constituem um espaço privilegiado para o exercício de uma cidadania activa e responsável*¹⁷.

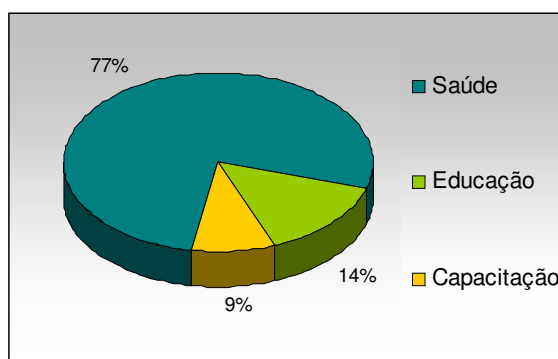
- *As Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento*

As ONGD são cada vez mais um parceiro para o desenvolvimento, o que se tem reflectido no número crescente de projectos apoiados pelo IPAD. O apoio deste Instituto às ONGD cobre várias áreas, sendo contudo, consideradas prioritárias pela Cooperação Portuguesa as seguintes: redução da pobreza, educação/formação, reforço institucional e apoio às actividades económicas. Quanto aos critérios de âmbito geográfico, é dada prioridade a projectos a desenvolver em Países de Língua Oficial Portuguesa.

Em 2006, as regras e critérios aplicados aos projectos de desenvolvimento das ONGD, em vigor desde 2001, foram alvo, em parceria com a Plataforma Portuguesa das ONGD, de mais um processo de alteração, tendo em vista aprofundar o rigor e a clareza na formulação e apresentação de projectos. Deste modo, além da reformulação das Regras e Critérios já existentes, foram ainda adoptados novos procedimentos com a introdução de documentos, nomeadamente na apresentação de relatórios de execução e análise de projectos.

No primeiro semestre de 2006, foi anunciada a primeira Linha de Financiamento Extraordinária para a Guiné-Bissau, orçada em 1M€. Neste âmbito, deram entrada 28 projectos, de 17 ONGD e uma Associação de Imigrantes. Após análise ponderada, mediante os critérios estabelecidos e a verba disponível, foram seleccionados 8 projectos, de 7 ONGD, no montante total de 988 mil €. Em termos sectoriais, os projectos aprovados na presente candidatura centram-se na Saúde (77%), Educação (14%) e Capacitação (9%).

Gráfico 4. Distribuição Sectorial da Linha de Financiamento Extraordinária para a Guiné-Bissau

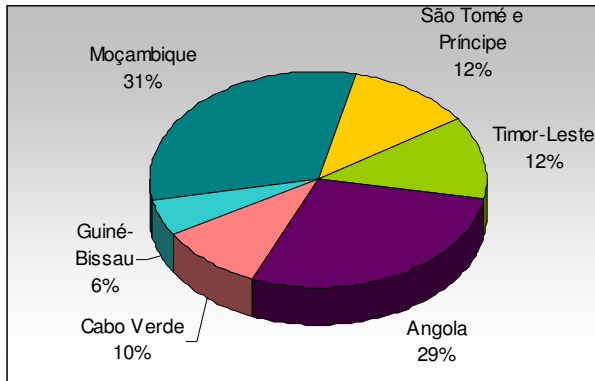


Fonte: IPAD/DASC
Tratamento: IPAD/DSP

¹⁷ *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, MNE, Ed. IPAD, Fevereiro 2006, p. 43



Gráfico 5. Distribuição Geográfica dos Projectos de Desenvolvimento das ONGD Financiados em 2006



Fonte: IPAD/DASC
Tratamento: IPAD/DSP

Em Março foi comunicado às 107 entidades inscritas como ONGD junto do IPAD a abertura de uma *Linha de Financiamento para Projectos de Desenvolvimento de ONGD*, com um orçamento global de 2,8 M€. Foram apresentados 91 projectos, de 37 ONGD, no montante global de 24,4 M€, solicitando ao IPAD um apoio financeiro de 9,8 M€. Após análise ponderada, tendo em conta os critérios estabelecidos

e a verba disponível, foram seleccionados 31 projectos, de 17 ONGD, no montante total de 2,8 M€.

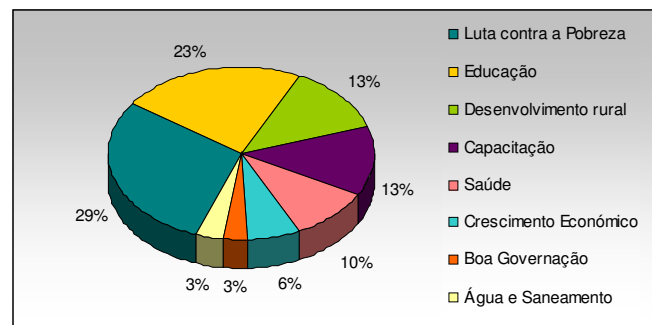
A distribuição geográfica e sectorial destes projectos fez-se de acordo com o indicado nos Gráficos 5 e 6.

No que diz respeito ao pagamento dos projectos das ONGD, foram analisados 91 pedidos de reembolso, referentes a 73 projectos, co-financiados entre 2003 e 2005.

No âmbito do DL n.º 13/2004, relativo ao pagamento dos apoios aos projectos de desenvolvimento das ONGD, a execução financeira dos projectos de 2003 e 2004 ascende a 89%, traduzindo-se num aumento de 10% relativamente a 2003 e de 32% face a 2004.

Os projectos de desenvolvimento aprovados em 2005 atingiram uma execução de 85%, sendo que os de 2006 ascendem a 80%, tendo em conta a vigência de um novo quadro legal. Os projectos de ED de 2005 registaram uma execução de 81%.

Gráfico 6. Distribuição Sectorial dos Projectos de Desenvolvimento das ONGD Financiados em 2006



Fonte: IPAD/DASC
Tratamento: IPAD/DSP

- *Municípios Portugueses*

O IPAD assinou em 2005, um acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que estabelece um regulamento para apresentação de candidaturas, sua análise, aprovação e acompanhamento, bem como uma minuta do tipo de contrato de financiamento.

No ano transacto, foram verificados 77 projectos candidatos ao abrigo deste Acordo de Parceiros assinado entre o IPAD e a ANMP e elaborada uma proposta de alteração das Regras e Critérios constantes do referido Acordo. No âmbito do apoio aos Municípios, foram analisados 9 pedidos para diversas acções, que não se concretizaram por falta de verba.

Outras Actividades/Apoios

Neste contexto, procedeu-se ainda à investigação e fundamentação necessária para a constituição e funcionamento do *Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento*, no quadro da operacionalização da estratégia da Cooperação Portuguesa.

Será também de salientar o subsídio concedido para o funcionamento da Plataforma Portuguesa das ONGD e o co-financiamento do projecto, intitulado “Sensibilização para a Ajuda Humanitária e de Emergência”.

5. Modalidades, Actores, Volume e Distribuição da APD Portuguesa

5.3 Modalidades

Portugal canaliza a maior parte da sua APD bilateral através de duas grandes categorias de ajuda: cooperação técnica e projectos de investimento (Quadro 6).

A **cooperação técnica** continua a ser a mais significativa modalidade de ajuda utilizada por Portugal (93 M€), assumindo um peso de 55% do total da APD portuguesa em 2006. De entre os diversos sectores de actividade, nos quais incidiram os projectos de cooperação técnica, assumem particular relevância a *Educação*, o *Governo e Sociedade Civil* e as *Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais*. A importância da CT nestes sectores está associada à forte aposta da Cooperação Portuguesa no sector educativo, de formação profissional e de capacitação institucional, enquanto eixos prioritários da sua política orientadora, por se considerar serem estas áreas fundamentais num processo de desenvolvimento sustentável e de consolidação democrática, eficazmente apropriados pelo país parceiro.

Quadro 6. APD 2006 - Desembolsos líquidos (milhares €)

PRINCIPAIS CATEGORIAS DE AJUDA	Cooperação Técnica	%	Projectos de Investimento	%	AJUDA A PROGRAMAS			Outros	%	TOTAL	
					AP Sectoriais e sob forma de produtos	%	Apoio ao Orçamento				
TOTAL	93.327	55	26.591	16	6.718	4	503	0	41.195	24	168.334
110 - EDUCAÇÃO	42.034		8.060		1.919				198		52.211
120 - SAÚDE	1.309		27		427				6.506		8.269
130 - POLÍTICAS EM MATÉRIA DE POPULAÇÃO	6								0		6
140 - ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	230		196						73		499
150 - GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	25.022				407				10.024		35.453
160 - OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERV. SOCIAIS	14.420		748						581		15.749
210 - TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	943		15.014						994		16.951
220 - COMUNICAÇÕES	1.420		1.390								2.810
230 - ENERGIA											0
240 - BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	378										378
250 - NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	85								265		350
311 - AGRICULTURA	747		419								1.166
312 - SILVICULTURA	38										38
313 - PESCAS	26										26
321 - INDÚSTRIA	138										138
322 - RECURSOS MINERAIS E INDÚS. EXTRACTIVAS	94										94
323 - CONSTRUÇÃO	361		571						5		937
331 - POLÍTICA COMERCIAL E REGULAMENTOS	43										43
332 - TURISMO	162										162
400 - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL	5.871		166		3.984				1.498		11.519
500 - AJUDA A PROGRAMAS E SOB A FORMA DE PRODUTOS					-19				503		484
600 - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA									-1.555		-1.555
700 - AJUDA HUMANITÁRIA									5.592		5.592
910 - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES									10.203		10.203
920 - APOIO ÀS ONG									5.946		5.946
930 - AJUDA AOS REFUGIADOS (NO PAÍS DOADOR)									194		194
998 - NÃO ESPECIFICADO									671		671

Fonte: IPAD/DSP

Já entre os **projectos de investimento**, os sectores que mais beneficiaram desta categoria de ajuda foram a *Educação* – com a construção, reabilitação e apetrechamento de escolas e centros de formação profissional em Angola, na Guiné-Bissau, em Moçambique, Timor-Leste e no Cambodja, por exemplo – e os *Transportes e Armazenamento* – salientando-se os projectos de Construção da Circular da Praia e de Reabilitação da Estrada da Praia/São Domingos, em Cabo Verde, cujo objectivo consta na melhoria das acessibilidades terrestres no país.

De entre as principais categorias sectoriais da APD, destacam-se, ainda, pela sua importância, a reorganização e perdão da dívida e o apoio ao orçamento.

A política geral de Portugal no tratamento da **dívida** tem consistido na realização de operações de reestruturação no quadro do Clube de Paris, ou bilateralmente, mediante condições definidas em função do nível de rendimento e endividamento dos países devedores. Para os países de baixo rendimento altamente endividados (HIPC's), Portugal tem considerado, para além dos reescalamentos em condições altamente favoráveis, apoios adicionais à redução da dívida, tais como esquemas de conversão em investimento, salvaguardando as implicações de ordem orçamental e monetária nos países devedores. Além disso, tem ainda considerado o perdão da

dívida (além dos padrões mínimos estabelecidos no Clube de Paris) e a concessão de apoios para pagamento da dívida multilateral.

No domínio do **apoio ao orçamento**, Portugal tem vindo a implementar acções de apoio orçamental aos países receptores, as quais normalmente decorrem de compromissos assumidos em reuniões de doadores e se destinam a países com bom desempenho a nível de governação.

Em 2006 é de destacar o desembolso a favor de Timor Leste da 1ª tranche de 0,5 MUSD referente ao compromisso global de 1,5 MUSD de apoio directo ao orçamento (2ª fase). De salientar também o desembolso da 3ª tranche de 5 MUSD para o *trust-fund* do Banco Mundial, no quadro de um compromisso global de 20 MUSD. Há ainda a referir, o apoio de 1 MUSD concedido à Guiné-Bissau, no âmbito do compromisso assumido por Portugal na Mesa Redonda realizada em Novembro.

5.4 Actores Públicos

Em virtude do seu modelo descentralizado, a Cooperação Portuguesa apresenta uma variedade de actores da Administração Central, Regional e Local, Universidades, ONGD, entre outros. De entre todos estes actores, os Ministérios sectoriais são aqueles que apresentam um maior nível de financiamento da APD portuguesa, com um peso médio, nos últimos cinco anos, que ronda os 99% do financiamento total (Quadro7).

Quadro 7. Distribuição da APD Portuguesa por Financiador (2002-2006)

Unidade: €

Entidade	2002	2003	2004	2005	2006	Média dos 5 anos (%)
Ministérios	341.086.944	281.095.623	825.621.507	298.504.356	313.526.142	99%
Assembleia da República	-	-	410.064	305.724	269.173	0,05%
Bancos	873.335	685.298	415.230	711.463	580.637	0,16%
Autarquias	-	911.411	3.328.897	3.740.315	1.229.084	0,44%
Governos Regionais	5.500	-	-	-	4.014	0,00%
Tribunais	-	82.855	75.323	126.442	9.150	0,01%
Universidades e Politécnicos	328.895	75.059	39.510	38.031	156.200	0,03%
Total APD	342.294.674	282.850.246	829.890.531	303.426.331	315.774.400	100%

Fonte: IPAD/DSP

De entre os Ministérios Sectoriais, destacam-se, pelo seu maior peso no financiamento da APD total, o Ministério das Finanças (com cerca de 48% da APD total portuguesa em 2006), o Ministério dos Negócios Estrangeiros (financiador de 22% da APD total no ano em revisão) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (10% da APD total em 2006) – (Quadro 8). O peso do Ministério das Finanças justifica-se pelo facto deste deter a seu cargo grande parte das intervenções no domínio do apoio à estabilização orçamental, das acções relacionadas com a dívida e das contribuições multilaterais. Quanto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, destaca-se o facto de ser este o responsável pela Política de Cooperação para o Desenvolvimento,

integrando o IPAD, a agência de Cooperação Portuguesa, cuja contribuição para a APD total em 2006 foi de 16%. Já o peso do financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior deve-se, em grande medida, à contabilização como APD dos encargos com os estudantes dos países em desenvolvimento, que frequentam o Ensino Superior em Portugal ao abrigo do Regime Especial de Acesso.

Quadro 8. Ministérios Sectoriais: Principais Financiadores da APD Portuguesa 2002-2006

Ministérios Sectoriais	Financiamento					Unidade: €	Média dos 5 anos (%)
	2002	2003	2004	2005	2006		
Ministério da Administração Interna	2.517.785	11.437.653	12.951.393	5.439.249	12.643.495		2%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	6.629.191	45.850.280	31.246.510	30.934.838	30.369.478		7%
Ministério da Defesa Nacional	236.515	972.566	13.106.531	11.268.465	16.177.369		2%
Ministério das Finanças	148.430.656	120.119.013	683.072.160	145.488.409	152.679.593		60%
Ministério dos Negócios Estrangeiros	151.159.433	77.579.777	62.137.615	71.846.957	69.787.178		21%
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	12.790.246	12.816.768	12.611.992	12.815.664	12.166.372		3%
Outros	19.323.118	12.319.566	10.495.306	20.710.774	19.702.657		4%
Total Ministérios	341.086.944	281.095.623	825.621.507	298.504.356	313.526.142		99,31%
Total APD	342.294.674	282.850.246	829.890.531	303.426.331	315.774.400		100%

Fonte: IPAD/DSP

Uma especial atenção merecem igualmente o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Defesa Nacional, que ao longo dos últimos cinco anos têm vindo a aumentar o seu financiamento, sobretudo devido às contribuições para as Operações de Paz. Já o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social tem vindo a manter os seus níveis de financiamento, desde 2002, demonstrando solidez nas suas acções de cooperação.

5.1 Esforço Financeiro Global da Cooperação Portuguesa em 2006

A Cooperação Portuguesa registou, em 2006, uma variação negativa do seu esforço financeiro global, face a 2005, tendo este correspondido a um total de 530 M€ (Quadro 9).

Quadro 9. Esforço Financeiro Global da Cooperação Portuguesa (2002-2006)

(Milhões de Euros)								
APD/RNB *	APD	Evolução	Outros Fluxos	Fluxos	Donativos	TOTAL	EVOLUÇÃO	
%		%	Sector Público	Privados	das ONG		%	
2002	0,27	342,30	14%	-1,49	-158,91	n d	181,90	-91%
2003	0,22	282,87	-17%	-1,60	728,46	3,51	1.013,07	457%
2004	0,63	829,89	193%	-557,39	269,47	2,16	546,06	-46%
2005	0,21	303,43	-63%	-2,20	586,00	5,22	891,82	63%
2006	0,21	315,77	4%	-16,16	228,10	2,85	530,60	-41%

Fonte: IPAD/DSP

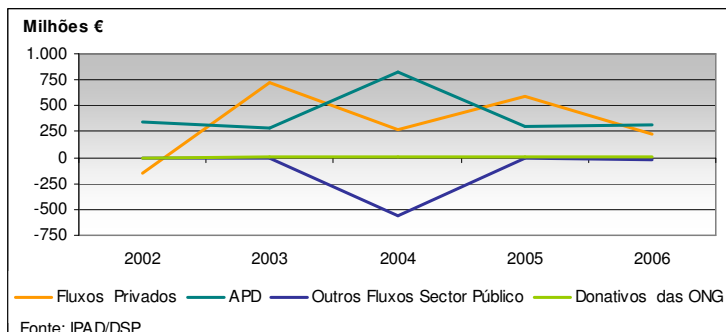
Este decréscimo deve-se, por um lado, a uma diminuição dos Fluxos Privados¹⁸ em cerca de 358 M€, e por outro, ao decréscimo dos Outros Fluxos Públicos que passaram de -2M€ em 2005, para -16M€ em 2006. Outra quebra registada verificou-se nos donativos das ONGD, cujos contributos

¹⁸ Os Fluxos Privados englobam o Investimento Directo Estrangeiro e os Créditos à Exportação.

passaram de cerca de 5 M€ em 2005, para 2,8 M€ em 2006. Por outro lado, a variação dos fluxos de APD registou uma variação positiva na ordem dos 4%, em relação a 2005.

Desde 2002, a maior variação registada reporta-se aos Fluxos Privados (Gráfico 7), essencialmente devido a oscilações do Investimento Directo Estrangeiro Português nos PALOP e em Timor-Leste. Já os Donativos das ONG têm-se mantido constantes, enquanto que a maior variação quer na APD, quer nos Outros Fluxos do Sector Público se manifestou no ano de 2004, influenciada pelo reescalonamento da dívida angolana.

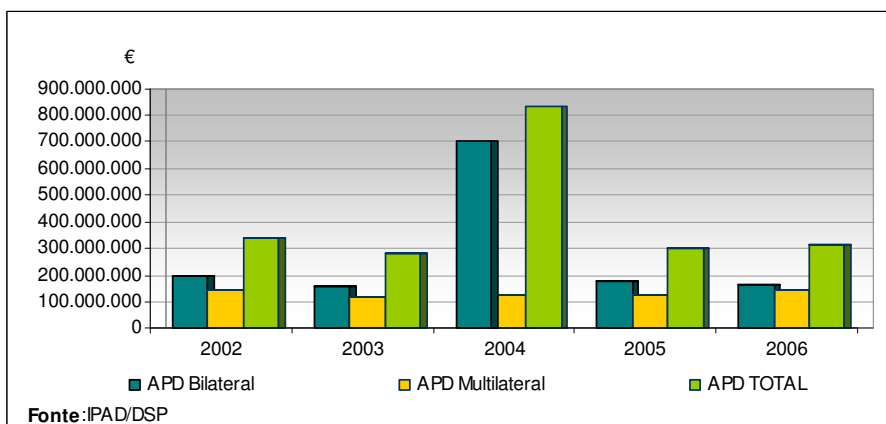
Gráfico 7. Evolução do Esforço Financeiro Global da Cooperação Portuguesa (2002-2006)



5.2 Evolução Geral da APD Portuguesa

A Cooperação Portuguesa desembolsou ao longo de 2006 um total de 315 M€, mantendo os valores médios apresentados ao longo dos últimos cinco anos (300 M€), com excepção para 2004, ano em que a reestruturação da dívida de Angola (562 M€) fez subir exponencialmente os valores da APD nesse ano.

Gráfico 8. Evolução da APD Portuguesa (2002-2006)



De acordo com este total, o rácio APD/RNB cifrou-se nos 0,21%, valor que impediu Portugal de cumprir com o compromisso assumido de atingir o rácio APD/RNB de 0,33% em 2006. As dificuldades em honrar este compromisso prenderam-se, em grande medida, com o actual esforço do Governo em prol do controlo do défice público e de consolidação orçamental, com vista ao cumprimento das regras estabelecidas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento da UE.

No entanto, e apesar de ter falhado a meta dos 0,33% APD/RNB, Portugal aumentou a sua APD em cerca de 12 M€ (Quadro 10).

A APD Bilateral portuguesa atingiu os 168 M€ em 2006, representando 53% do total da APD portuguesa. O peso relativo da APD bilateral face à multilateral tem vindo a diminuir desde 2002, apesar de ainda ultrapassar os 50% da APD Total (Gráfico 9).

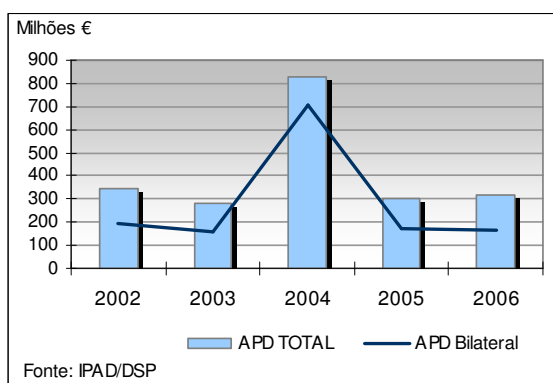
Quadro 10. Evolução da APD Portuguesa (2002-2006)

Milhares €		
Ano	APD	APD/RNB
2002	342.295	0,27
2003	282.873	0,22
2004	829.891	0,63
2005	303.426	0,21
2006	315.774	0,21

Fonte: IPAD/DSP

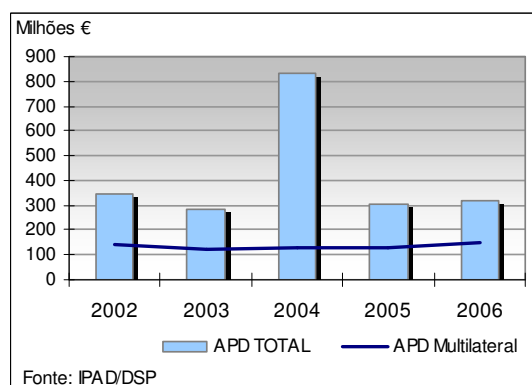
Em 2006, verificou-se um aumento da APD multilateral, tendo o seu peso na APD total crescido

Gráfico 9. Peso da APD Bilateral na APD Portuguesa Total (2002-2006)



cerca de 5%, face a 2005 (Gráfico 10). As oscilações ao longo dos últimos cinco anos no volume da APD multilateral prendem-se, fundamentalmente, com as variações nas contribuições para os Bancos Regionais de Desenvolvimento.

Gráfico 10. Peso da APD Multilateral na APD Portuguesa Total (2002-2006)



5.5 Ajuda Bilateral

A ajuda bilateral portuguesa é enquadrada, essencialmente, pelos programas trienais (Programas Indicativos de Cooperação – PIC) e anuais (Programas Anuais de Cooperação – PAC) de cooperação, que são assinados individualmente com cada um dos países parceiros. Em 2006 estiveram em vigor os seguintes programas:

Quadro 11. Programas de Cooperação em vigor em 2006

País Parceiro	PIC		PAC		
	Triénio	Envelope Financeiro	Data assinatura	Envelope Financeiro	Eixos
Angola	2004-2006	42.000.000	15-02-2006	21.465.135	Capacitação Institucional; Educação; Saúde; Agricultura; Segurança Alimentar e Recursos Naturais; Reinserção Social e Promoção do Emprego.
Cabo Verde	2005-2007	55.000.000	21-03-2006	15.999.999	Valorização de Recursos Humanos e Capacitação Técnica; Apoio à Criação de Infra-estruturas Básicas, Ordenamento do Território e Recuperação de Património; Serviços Sociais e Solidariedade; Apoio à Estabilidade Macro-Económica.
Guiné-Bissau	2005-2007	42.406.626	30-06-2006	10.250.382	Educação; Saúde; Capacitação Institucional (Boa Governação).
Moçambique	2004-2006	42.000.000	02-11-2005	19.231.821	Educação/Cultura; Boa Governação; Águas e Recursos Naturais; Desenvolvimento Sócio-Comunitário; Desenvolvimento Rural.
São Tomé e Príncipe	2005-2007	41.000.000	02-03-2006	10.599.944	Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza; Boa Governação, Participação e Democracia.
Timor-Leste	2004-2006	50.000.000	18-01-2006	26.915.357	Educação e Apoio à Reintrodução da Língua Portuguesa; Boa Governação e Capacitação Institucional; Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social.
Total	PIC	272.406.626	PAC	104.462.639	

Fonte: IPAD/DSP

A **concentração sectorial** foi, de acordo com as actividades programadas pelo IPAD, um dos princípios orientadores na elaboração dos Programas Anuais de Cooperação (PAC) 2006 e dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC) elaborados para 2007-2010. A identificação das áreas prioritárias de intervenção resultou ainda de um processo de consulta e negociação, por um lado, com as autoridades dos países parceiros, e por outro, com os ministérios sectoriais.

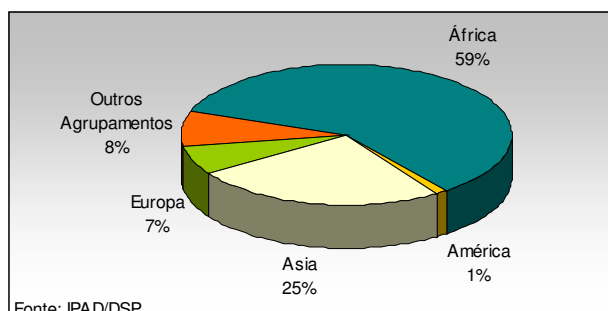
Simultaneamente, a **concentração geográfica** das actividades de Cooperação Portuguesa constituiu outro objectivo do ciclo de projectos referentes ao ano transacto. Os *Clusters* da cooperação conheceram um novo impulso, tendo sido efectuadas diligências para a sua criação em Angola (local por definir), Cabo Verde (Ilha de Santiago), Moçambique (Ilha de Moçambique) e Timor-Leste (distrito de Ermera).

A definição e implementação dos *Clusters* respeitam as linhas orientadoras da estratégia de cooperação para os próximos quatro anos: (i) Concentração em Áreas Prioritárias; (ii) Incorporação de Questões Transversais; (iii) Descentralização Geográfica da Cooperação; (iv) Coordenação e complementaridade com outros doadores; (v) Maior integração das acções em projectos multilaterais; (vi) Maior participação da sociedade civil e do sector privado.

a) Distribuição geográfica

A distribuição geográfica faz-se maioritariamente pelo continente africano, sobretudo nos PALOP, que em 2006 representaram 56% do destino total da APD Bilateral portuguesa. Depois do continente africano (que recebeu 59% da APD Bilateral

Gráfico 11. Distribuição Geográfica da APD Bilateral Portuguesa



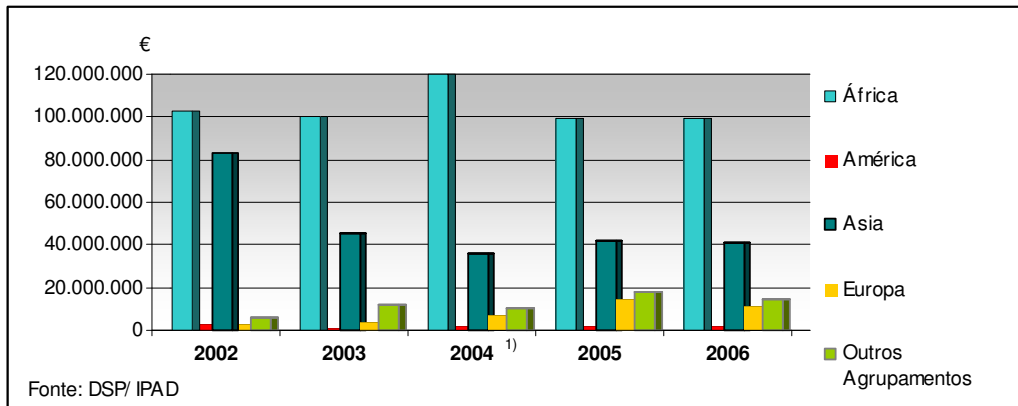
Fonte: IPAD/DSP



portuguesa em 2006) e do continente asiático (25% em 2006), é nos países em desenvolvimento da Europa que Portugal concentra a sua APD (7% em 2006).

Esta é, de resto, uma tendência constante na repartição geográfica da APD bilateral portuguesa, como se pode observar no Gráfico 12.

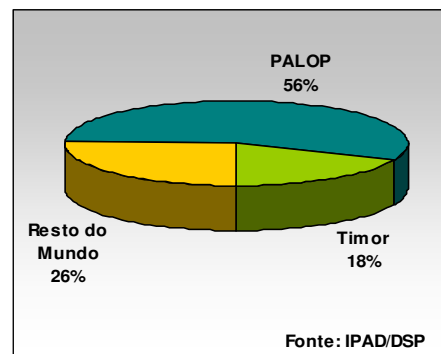
Gráfico 12. Distribuição Geográfica da APD Bilateral Portuguesa 2002-2006



¹⁾ No ano de 2004, o montante da APD Bilateral Portuguesa para África ascendeu aos 647 M€, devido a uma operação extraordinária de reestruturação da dívida de Angola.

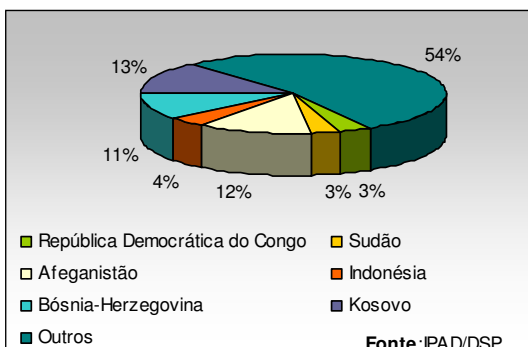
De acordo com as prioridades geográficas da Cooperação Portuguesa, a maior parte da APD bilateral de 2006, tal como nos anos anteriores, foi destinada aos PALOP e a Timor-Leste (Gráfico 13).

Gráfico 13. Peso dos PALOP e de Timor Leste na APD Bilateral Total 2006



De entre os restantes beneficiários da ajuda portuguesa em 2006 (cerca de 26% da APD bilateral total), sobressaem os representados no Gráfico 14.

Gráfico 14. Distribuição da APD Bilateral Portuguesa por Outros Países (2006)



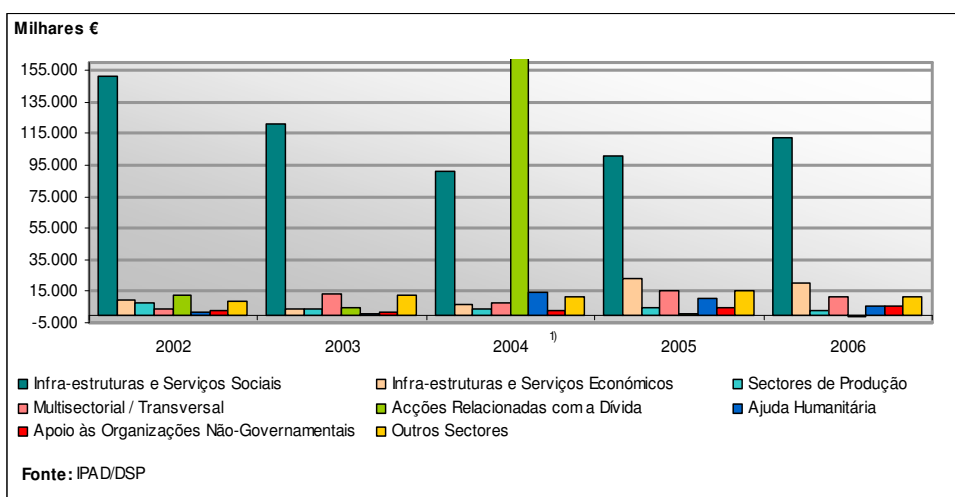
No caso do Afeganistão, da República Democrática do Congo e do Kosovo, a maioria da APD destinada a estes países foi canalizada para as Missões de Manutenção de Paz; quanto à Bósnia-Herzegovina, Portugal contribuiu não só para a Missão da União Europeia no território, como apoiou o sector dos *Transportes Ferroviários*; relativamente ao

Sudão, a maior parte da APD concedida destinou-se à resposta ao apelo lançado pelo ACNUR; e no que toca à Indonésia, a APD concentrou-se essencialmente no Auxílio à Reconstrução e Reabilitação.

b) Distribuição Sectorial

De acordo com as prioridades sectoriais definidas pela Cooperação Portuguesa, já abordadas no ponto 4.2, a APD bilateral portuguesa tende a concentrar-se mais nos sectores das *Infra-estruturas e Serviços Sociais* (Gráfico 15), por ser este o agrupamento que inclui os sectores da Educação (31% da APD bilateral total, em 2006) e do Governo e Sociedade Civil (31% da APD bilateral total, em 2006).

Gráfico 15. Evolução da Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa 2002 - 2006



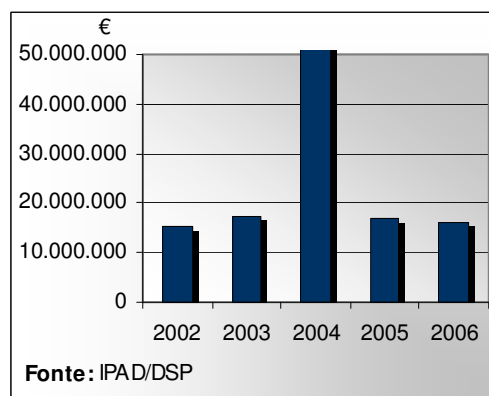
1) No ano de 2004, as *Acções Relacionadas com a Dívida* ascenderam a um total de 564 Milhões €, devido a uma operação extraordinária de reestruturação da dívida de Angola.

No ano de 2006, há que destacar o aumento, em relação a 2005, das verbas destinadas aos sectores do *Governo e Sociedade Civil*, das *Comunicações* e do *Apoio às ONG*, que foi acompanhado por uma diminuição dos montantes destinados aos sectores das *Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais*, do *Transporte e Armazenamento* e da *Ajuda Humanitária*.

c) Principais Parceiros Bilaterais

1. **Angola** é um dos principais parceiros bilaterais de Portugal. Em 2006, a APD bilateral portuguesa para este país cifrou-se nos 15.9 M€, mantendo o volume médio desembolsado desde 2002, se excluirmos o ano de 2004, período em que Portugal procedeu a uma operação extraordinária de reestruturação da dívida angolana, aumentando exponencialmente a sua APD (Gráfico 16).

Gráfico 16. APD Bilateral Angola (2002-2006)



Em 2004, o valor excepcionalmente elevado da APD (576 M€) deve-se a operações de reorganização da dívida.

A nível sectorial, há que destacar o grande peso das Infra-estruturas e Serviços Sociais (80,5% do peso sectorial total), sendo a Educação o sector que recebeu um maior volume de ajuda (7,9 M€), aplicado sobretudo nas áreas do Equipamento Escolar e Formação, Educação Primária e Ensino Superior. No âmbito do sector Governo e Sociedade Civil, há que destacar o aumento dos desembolsos concedidos para a área dos Conflitos, Paz e Segurança, materializados essencialmente nos Projectos de Cooperação Técnico-Policial. Relativamente ao sector das Outras Infra-Estruturas e Serviços Sociais, há que evidenciar as contribuições feitas para a área dos Serviços Sociais, com particular relevância para os projectos integrados de desenvolvimento sócio-comunitário em diversas regiões do país.

Quadro 12. Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa - Angola
2002 - 2006

SECTORES	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	12.356.630	80,6	15.320.249	88,8	9.815.913	1,7	13.113.122	77,9	12.878.925	80,5
110 EDUCAÇÃO	5.111.015	33,4	10.096.047	58,5	6.314.434	1,1	8.345.892	49,6	7.970.033	49,8
120 SAÚDE	1.047.354	6,8	257.736	1,5	133.910	0,0	375.029	2,2	743.627	4,6
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA									5.696	0,0
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	10.004	0,1			178.479	0,0	929.863	5,5		
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	1.717.384	11,2	1.809.871	10,5	655.288	0,1	703.915	4,2	1.926.823	12,0
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	4.470.873	29,2	3.156.595	18,3	2.533.802	0,4	2.758.423	16,4	2.232.746	14,0
200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS	1.082.532	7,1	414.284	2,4	1.323.523	0,2	826.908	4,9	311.929	1,9
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	135.514	0,9	1.898	0,0	3.122	0,0	1.500	0,0	3.010	
220 COMUNICAÇÕES	119.114	0,8	36.199	0,2	318.685	0,1			271.456	1,7
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	549.392	3,6	269.896	1,6	909.460	0,2	788.426	4,7		
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	89.808	0,6	47.140	0,3	30.569	0,0	36.982	0,2	37.463	0,2
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	188.704	1,2	59.151	0,3	61.687	0,0				
300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO	251.143	1,6	242.252	1,4	325.702	0,1	631.094	3,7	559.616	3,5
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PISCAS	170.864	1,1	140.891	0,8	97.633	0,0	227.664	1,4	186.098	1,2
311 AGRICULTURA	168.239	1,1	107.704	0,6	73.771	0,0	203.802	1,2	169.517	1,1
312 SILVICULTURA			33.187	0,2	23.862	0,0	23.862	0,1	16.581	0,1
313 PISCAS	2.625	0,0								
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	59.688	0,4	88.861	0,5	202.304	0,0	396.030	2,4	371.518	2,3
321 INDÚSTRIA					32.136	0,0	835	0,0		
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)			4.369	0,0			38.630	0,2	5.476	0,0
323 CONSTRUÇÃO			84.492	0,5	170.168	0,0	356.565	2,1	366.042	2,3
330 COMÉRCIO E TURISMO	20.591	0,1	12.500	0,1	25.765	0,0	7.400	0,0	2.000	0,0
331 COMÉRCIO	9.000	0,1	12.500	0,1	25.765	0,0	7.400	0,0	2.000	0,0
332 TURISMO	11.591	0,1								
400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL	219.278	1,4	660.847	3,8	882.186	0,2	575.957	3,4	610.090	3,8
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS					561.708.319	97,5				
600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA										
700 VII - AJUDA HUMANITÁRIA	497.876	3,2	188.836	1,1	826.631	0,1	455.267	2,7		
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	32.351	0,2	107.391	0,6	100.768	0,0	139.528	0,8	44.126	0,3
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	855.546	5,6	167.555	1,0	908.889	0,2	1.094.387	6,5	1.588.163	9,9
930 AJUDA AOS REFUGIADOS (NO PAÍS DOADOR)									3.529	0,0
998 XI - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO	29.366	0,2	148.021	0,9						
TOTAL BILATERAL	15.324.722	100,0	17.249.435	100,0	575.891.931	100,0	16.836.263	100,0	15.996.378	100,0

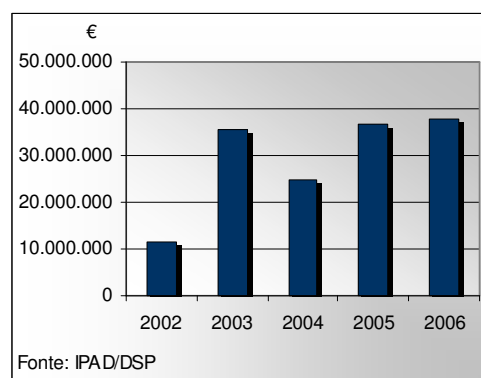
Fonte: IPAD/DSP

Em 2004, o valor excepcionalmente elevado da APD deve-se a operações de reorganização da dívida (562 M€)

Importante foi, ainda, o aumento da ajuda para o sector do Apoio às Organizações Não-Governamentais, que em 2006 representou perto de 10% do total da APD bilateral para Angola.

2. À semelhança do ano anterior, **Cabo-Verde** foi o principal beneficiário da APD bilateral portuguesa em 2006, tendo sido desembolsados cerca de 37,6 M€ e mantendo-se a tendência crescente dos volumes de ajuda verificada desde 2004 (Gráfico 17).

Gráfico 17. APD Bilateral Cabo Verde (2002-2006)



As duas áreas que concentraram um maior volume de ajuda foram as *Infra-estruturas e Serviços Sociais* (com 66% do total da APD bilateral para o país) e as *Infra-estruturas e Serviços Económicos* (com cerca de 39,5% do total da APD bilateral portuguesa para Cabo Verde) – Quadro 13. De entre estas duas áreas, destacam-se o sector da *Educação* (19 M€), no primeiro caso, e o sector do *Transporte e Armazenamento* (13,6 M€), no segundo. Dentro da Educação, o maior peso vai para a educação secundária, onde se continuou a implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário e para o ensino superior.

Quadro 13. Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa - Cabo Verde
2002 - 2006

SECTORES	2002	%	2003	%	2004 *	%	2005	%	2006	%
100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	9.070.050	78,5	34.764.061	97,6	25.995.844	104,9	26.301.736	72,1	24.983.394	66,3
110 EDUCAÇÃO	3.852.619	33,3	29.685.460	83,4	18.990.872	76,7	19.929.292	54,6	19.289.320	51,2
120 SAÚDE	1.368.934	11,8	2.208.751	6,2	1.816.154	7,3	2.553.668	7,0	1.852.217	4,9
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA					85.010	0,3	87.181	0,2	750	0,0
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	9.976	0,1	10.000	0,0	1.008.000	4,1	7.750	0,0		0,0
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	356.030	3,1	638.130	1,8	1.527.653	6,2	924.729	2,5	1.198.898	3,2
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	3.482.491	30,1	2.221.720	6,2	2.568.155	10,4	2.799.116	7,7	2.642.209	7,0
200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS	650.095	5,6	113.206	0,3	-77.529	-0,3	12.375.611	33,9	14.882.553	39,5
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	156.934	1,4	-196.832	-0,6	-205.770	-0,8	11.976.299	32,8	13.664.376	36,3
220 COMUNICAÇÕES	3.731	0,0	55.249	0,2	24.082	0,1	314.052	0,9	1.133.222	3,0
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	221.132	1,9	37.050	0,1						0,0
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	125.124	1,1	102.372	0,3	104.159	0,4	85.260	0,2	84.955	0,2
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	143.174	1,2	115.367	0,3						0,0
300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO	290.471	2,5	346.113	1,0	188.925	0,8	237.183	0,6	227.144	0,6
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	148.044	1,3	73.671	0,2	15.245	0,1	114.206	0,3	86.803	0,2
311 AGRICULTURA	148.044	1,3	58.581	0,2	15.245	0,1	111.363	0,3	60.972	0,2
312 SILVICULTURA										0,0
313 PESCAS			15.090	0,0			2.843	0,0	25.831	0,1
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	29.986	0,3	196.174	0,6	140.075	0,6	72.851	0,2	37.774	0,1
321 INDÚSTRIA					15.370	0,1	1.220	0,0		0,0
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)	29.986	0,3	196.174	0,6	124.705	0,5	71.631	0,2	37.774	0,1
323 CONSTRUÇÃO										0,0
330 COMÉRCIO E TURISMO	112.441	1,0	76.268	0,2	33.605	0,1	50.126	0,1	102.567	0,3
331 COMÉRCIO					11.303	0,0	44.713	0,1	40.285	0,1
332 TURISMO	112.441	1,0	76.268	0,2	22.302	0,1	5.413	0,0	62.282	0,2
400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL	486.891	4,2	605.318	1,7	1.034.126	4,2	1.025.167	2,8	980.681	2,6
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS					-1.120.000	-4,5	-2.239.204	-6,1	-2.239.204	-5,9
600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA	806.666	7,0	-500.391	-1,4	-1.506.748	-6,1	-1.572.375	-4,3	-1.555.458	-4,1
700 VII - AJUDA HUMANITÁRIA					5.000	0,0	64.279	0,2		0,0
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	25.991	0,2	153.747	0,4	118.403	0,5	109.049	0,3	93.021	0,2
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	76.335	0,7	4.000	0,0	112.624	0,5	164.697	0,5	261.969	0,7
998 X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO	147.875	1,3	125.316	0,4	21.122	0,1	32.730	0,1	53.921	0,1
TOTAL BILATERAL	11.554.374	100,0	35.611.370	100,0	24.771.767	100,0	36.498.873	100,0	37.688.021	100,0

Fonte: IPAD/DSP

* 2004 - O montante da componente "Infraestruturas e Serviços Sociais" (código 100) é superior à APD Total, representando um peso de 104,94 em termos percentuais. Como a APD é medida em termos de fluxos, são subtraídos os montantes dos empréstimos pagos por Cabo Verde a Portugal (valores negativos linhas V e VI), resultando na particularidade de um sector, individualmente, ser superior à APD total.

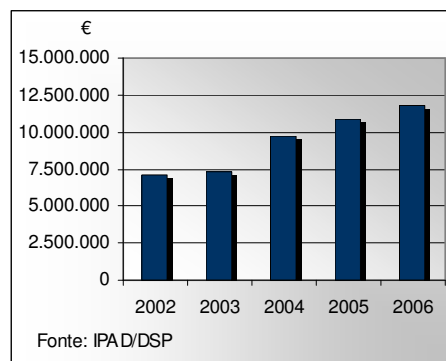
Quanto ao sector *Transporte e Armazenamento*, foi na área dos transportes terrestres que Portugal mais concentrou a sua ajuda, com relevo para os projectos de *Construção da Circular da Praia* e de *Reabilitação da Estrada Praia/S. Domingos*.

Os valores negativos na APD de Cabo Verde devem-se ao pagamento a Portugal de empréstimos para apoio ao orçamento cabo-verdiano e à reestruturação de dívida resultante de empréstimos para financiamento da dívida interna do país.

Como nota final, é de realçar que o PAC 2006 introduziu inovações assinaláveis, em conformidade com os novos desafios que se colocam a Cabo Verde, nomeadamente no que toca à graduação como País Desenvolvimento Médio e ao estatuto especial junto da UE, que mereceram, e continuarão a merecer, todo o apoio de Portugal.

3. EM 2006, a APD bilateral portuguesa para a **Guiné-Bissau** manteve uma variação positiva, que se tem vindo a consolidar desde 2002 (Gráfico 18). Deste modo, o volume de ajuda desembolsado para este beneficiário atingiu os 11,7 M€.

Gráfico 18. APD Bilateral Guiné-Bissau (2002-2006)



A maior parte do montante global de ajuda foi canalizada para a área das *Infra-estruturas e Serviços Sociais*, que recebeu cerca de 72% do total da APD bilateral portuguesa para a Guiné-Bissau – (Quadro 14). Nesta área, evidencia-se o apoio aos sectores da Educação (3,3 M€), da Saúde (2,9 M€) e das Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais (1,7 M€). Num nível mais específico, o apoio ao ensino superior, o apoio aos serviços médicos e o apoio aos serviços sociais, foram os sectores que mais usufruíram da ajuda portuguesa nesta área.

2006 foi, ainda, um ano marcante no que diz respeito aos compromissos dos doadores para com o Governo da Guiné-Bissau. Na sequência dos acordos firmados durante a Mesa Redonda de Doadores de Novembro 2006, Portugal desembolsou 1 MUSD para o apoio ao orçamento guineense. Simultaneamente, foi decretada a abertura de uma linha de financiamento extraordinária de apoio às ONG com projectos específicos para a Guiné-Bissau, um incentivo fundamental para o apoio a um país que tem vindo a ser classificado pelo CAD/OCDE como “órfão”¹⁹.

¹⁹ Estados órfãos são aqueles que, no universo da ajuda ao desenvolvimento, se caracterizam por um *défice* de doadores no terreno. Esta deficiência pode dever-se, por exemplo, à instabilidade política, económica e social, que normalmente caracteriza estes países e que leva os doadores a retirarem-se perante os fracos resultados da ajuda concedida.

Quadro 14. Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa - Guiné-Bissau
2002 - 2006

	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	5.890.509	83,5	5.715.834	78,3	7.067.461	72,4	7.893.460	72,6	8.467.639	72,0
110 EDUCAÇÃO	2.877.019	40,8	2.732.212	37,4	3.212.892	32,9	3.083.103	28,4	3.392.739	28,8
120 SAÚDE	1.785.943	25,3	1.515.817	20,8	2.215.297	22,7	2.305.346	21,2	2.988.297	25,4
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA					35.905	0,4		0,0		0,0
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	12.571	0,2			52.370	0,5	117.495	1,1	99.725	0,8
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	163.751	2,3	1.347.181	18,4	704.432	7,2	858.492	7,9	192.865	1,6
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	1.051.225	14,9	120.624	1,7	846.565	8,7	1.529.024	14,1	1.794.013	15,3
200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS	137.140	1,9	148.490	2,0	385.425	3,9	80.076	0,7	233.271	2,0
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	2.961	0,0	13.287	0,2	2.500	0,0	500	0,0	10.581	0,1
220 COMUNICAÇÕES			92.205	1,3	357.295	3,7	79.576	0,7	107.695	0,9
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO										0,0
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS										0,0
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	134.179	1,9	42.998	0,6	25.630	0,3		0,0	114.995	1,0
300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO	355.357	5,0	301.938	4,1	414.130	4,2	393.599	3,6	97.800	0,8
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PISCAS	353.204	5,0	301.938	4,1	352.130	3,6	393.599	3,6	93.922	0,8
311 AGRICULTURA	353.204	5,0	301.938	4,1	344.054	3,5	393.599	3,6	93.922	0,8
312 SILVICULTURA										0,0
313 PISCAS					8.076	0,1		0,0		0,0
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	0	0,0	0	0,0	62.000	0,6	0	0,0	3.878	0,0
321 INDÚSTRIA					62.000	0,6			3.878	0,0
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)										0,0
323 CONSTRUÇÃO										0,0
330 COMÉRCIO E TURISMO	2.153	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
331 COMÉRCIO										0,0
332 TURISMO	2.153	0,0								0,0
400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL	265.838	3,8	449.590	6,2	475.603	4,9	322.709	3,0	615.816	5,2
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS									759.532	6,5
600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA										0,0
700 VII - AJUDA HUMANITÁRIA	9.151	0,1	133.808	1,8	718.547	7,4	1.404.341	12,9	49.957	0,4
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	7.667	0,1	554.490	7,6	198.102	2,0	152.470	1,4	313.234	2,7
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	384.895	5,5			507.354	5,2	590.288	5,4	1.219.485	10,4
930 AJUDA AOS REFUGIADOS (NO PAÍS DOADOR)									4.705	0,0
998 X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO							37.521	0,3		0,0
TOTAL BILATERAL	7.050.557	100,0	7.304.150	100,0	9.766.622	100,0	10.874.464	100,0	11.761.439	100,0

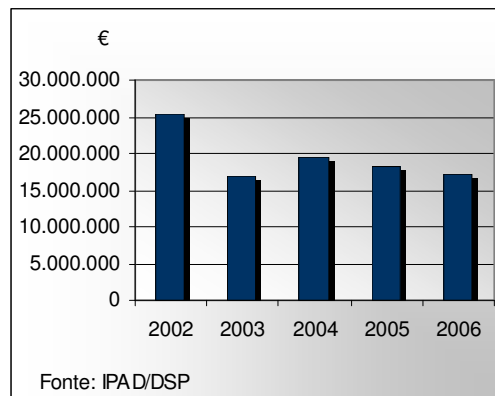
Fonte: IPAD/DSP

4. A APD bilateral para **Moçambique** cifrou-se, em 2006, nos 17 M€, mantendo a média registada desde 2003 (Gráfico 19).

No que diz respeito à distribuição sectorial, e novamente em linha com as características mais marcantes da Cooperação Portuguesa, foi nas *Infra-estruturas e Serviços Sociais* que se concentrou a maior percentagem de ajuda concedida (77%) –

Quadro 15. O destaque dentro deste domínio, é conferido aos sectores da *Educação* – particularmente ao nível secundário (4 M€) e superior (2,8 M€) -, do *Governo e Sociedade Civil* – em especial para a gestão e reforma dos sistemas de segurança, onde o programa de cooperação técnico-policial beneficiou de cerca de 1,3 M€ - e das *Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais* – onde se insere o apoio aos serviços sociais, para o qual foram canalizados mais de 2 M€.

Gráfico 19. APD Bilateral Moçambique (2002-2006)



Quadro 15. Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa - Moçambique
2002 - 2006

	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	12.473.178	49,2	10.543.950	62,3	10.563.825	54,1	11.381.561	62,7	13.314.902	77,1
110 EDUCAÇÃO	7.293.743	28,8	4.989.276	29,5	4.310.516	22,1	6.165.989	34,0	7.271.306	42,1
120 SAÚDE	559.199	2,2	468.870	2,8	563.916	2,9	614.327	3,4	591.490	3,4
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA										
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	33.121	0,1			353.496	1,8	155.539	0,9	361.330	2,1
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	266.451	1,1	2.191.891	13,0	1.001.591	5,1	1.038.099	5,7	1.845.501	10,7
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	4.320.664	17,0	2.893.913	17,1	4.334.306	22,2	3.407.607	18,8	3.245.276	18,8
200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS	438.560	1,7	172.412	1,0	634.323	3,3	208.383	1,1	388.918	2,3
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	89.552	0,4	27.362	0,2	60.537	0,3	14.361	0,1	42.287	0,2
220 COMUNICAÇÕES	40.137	0,2	35.400	0,2	400.269	2,1	124.007	0,7	287.769	1,7
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	23.827	0,1								
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	16.516	0,1	77.039	0,5	20.935	0,1	70.015	0,4	58.862	0,3
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	268.528	1,1	32.611	0,2	152.582	0,8				
300 III - SETORES DE PRODUÇÃO	2.159.845	8,5	525.099	3,1	306.375	1,6	274.439	1,5	136.301	0,8
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PISCAS	1.948.696	7,7	448.052	2,6	199.635	1,0	89.627	0,5	6.856	0,0
311 AGRICULTURA	1.932.416	7,6	426.013	2,5	182.235	0,9	66.177	0,4	6.856	0,0
312 SILVICULTURA	16.280	0,1	22.039	0,1	17.400	0,1	17.400	0,1		
313 PISCAS							6.050	0,0		
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	77.355	0,3	77.047	0,5	70.335	0,4	184.812	1,0	98.205	0,6
321 INDÚSTRIA	77.355	0,3	29.147	0,2	41.500	0,2	14.358	0,1	87.799	0,5
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)			47.900	0,3	28.835	0,1	131.410	0,7	10.406	0,1
323 CONSTRUÇÃO							39.044	0,2		
330 COMÉRCIO E TURISMO	133.794	0,5	0	0,0	36.405	0,2	0	0,0	31.240	0,2
331 COMÉRCIO					1.867	0,0			600	0,0
332 TURISMO	133.794	0,5			34.538	0,2			30.640	0,2
400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL	970.918	3,8	586.715	3,5	1.295.764	6,6	913.298	5,0	1.084.043	6,3
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS					1.253.657	6,4	1.176.932	6,5	1.188.778	6,9
600 VI - ACCÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA	8.492.293	33,5	4.765.908	28,2	4.334.387	22,2	2.353.455	13,0		
700 VII - AJUDA HUMANITÁRIA	99.813	0,4			258.236	1,3	300.000	1,7		
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	25.445	0,1	245.228	1,4	176.525	0,9	167.665	0,9	72.560	0,4
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	680.506	2,7	70.490	0,4	693.191	3,6	1.374.309	7,6	1.030.506	6,0
998 X - NÃO AFFECTADO/NÃO ESPECIFICADO	26.812	0,1	9.965	0,1					52.056	0,3
TOTAL BILATERAL	25.367.370	100,0	16.919.767	100,0	19.516.283	100,0	18.150.042	100,0	17.268.064	100,0

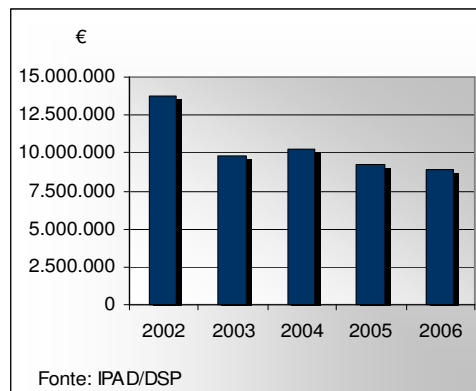
Fonte: IPAD/DSP

Igualmente marcante na cooperação entre Portugal e Moçambique, é o apoio directo ao Orçamento de Estado moçambicano, no âmbito do G19, que em 2006 se cifrou perto dos 1,2 M€.

5. Ao longo dos últimos anos, Portugal tem-se mantido como principal contribuinte da Ajuda Pública concedida internacionalmente ao desenvolvimento de **S. Tomé e Príncipe**. Em 2006, a APD bilateral portuguesa destinada a este país situou-se nos 8,9 M€ (Gráfico 20).

Em termos de distribuição sectorial, manteve-se a prevalência da concentração de verbas nas *Infra-estruturas e Serviços Sociais* (73%), sobretudo ao nível da *Educação* (39%) – em especial no ensino secundário e superior - e da *Saúde* (20%), sectores que se assumem como prioritários para a cooperação bilateral com S. Tomé e Príncipe. Por outro lado, as *Infra-estruturas e Serviços Económicos* registaram um aumento, face a 2005 (Quadro 16).

Gráfico 20. APD Bilateral S. Tomé e Príncipe (2002-2006)



Quadro 16. Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa - S. Tomé e Príncipe
2002 - 2006

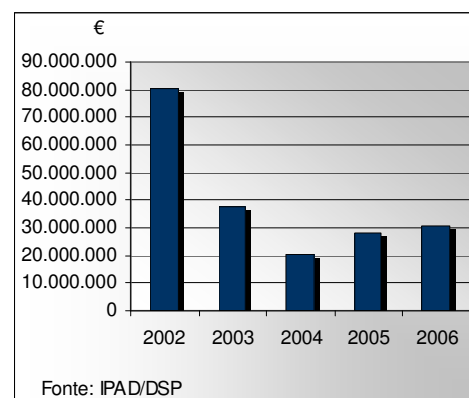
Sectores	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	8.790.937	63,7	7.728.724	78,4	7.883.819	76,5	6.685.381	72,5	6.521.240	72,8
110 EDUCAÇÃO	2.346.345	17,0	2.805.608	28,5	2.542.764	24,7	2.625.177	28,5	3.478.719	38,9
120 SAÚDE	3.584.006	26,0	2.533.755	25,7	2.884.207	28,0	2.020.706	21,9	1.794.399	20,0
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA										
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	26.518	0,2								
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	191.556	1,4	762.806	7,7	751.709	7,3	616.642	6,7	681.201	7,6
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	2.642.512	19,1	1.626.555	16,5	1.705.139	16,6	1.422.856	15,4	566.921	6,3
200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS	1.167.500	8,5	1.046.962	10,6	1.281.714	12,4	1.177.221	12,8	1.384.256	15,5
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	7.716	0,1	733.284	7,4	784.572	7,6	797.031	8,6	1.082.156	12,1
220 COMUNICAÇÕES			56.957	0,6	247.226	2,4	54.379	0,6	101.494	1,1
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	809.238	5,9	2.529	0,0	46.808	0,5	137.530	1,5		
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	22.720	0,2	22.004	0,2	2.615	0,0	18.830	0,2	21.344	0,2
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	327.826	2,4	232.188	2,4	200.493	1,9	169.451	1,8	179.262	2,0
300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO	428.746	3,1	94.518	1,0	103.086	1,0	117.997	1,3	123.921	1,4
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PISCAS	183.894	1,3	63.685	0,6	53.661	0,5	45.736	0,5	46.977	0,5
311 AGRICULTURA	183.894	1,3	63.685	0,6	53.661	0,5	45.736	0,5	25.318	0,3
312 SILVICULTURA									21.659	0,2
313 PISCAS										
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	67.030	0,5	30.833	0,3	38.091	0,4	27.838	0,3	7.381	0,1
321 INDÚSTRIA					10.260	0,1			7.381	0,1
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)	67.030	0,5	30.833	0,3	27.831	0,3	27.838	0,3		
323 CONSTRUÇÃO										
330 COMÉRCIO E TURISMO	177.822	1,3	0	0,0	11.334	0,1	44.423	0,5	69.563	0,8
331 COMÉRCIO										
332 TURISMO	177.822	1,3			11.334	0,1	44.423	0,5	69.563	0,8
333 OUTROS										
400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL	30.601	0,2	300.373	3,0	578.933	5,6	345.599	3,7	426.984	4,8
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS	46.153	0,3			-9.667	-0,1			-19.334	-0,2
600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA	3.031.294	22,0	406.230	4,1						
700 VII - AJUDA HUMANITÁRIA							43.182	0,5		
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	5.212	0,0	169.991	1,7	114.200	1,1	109.686	1,2	78.540	0,9
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	174.897	1,3	104.320	1,1	347.192	3,4	745.389	8,1	406.676	4,5
998 X - NÃO AFFECTADO/NÃO ESPECIFICADO	130.578	0,9	5.023	0,1					30.000	0,3
TOTAL BILATERAL	13.805.918	100,0	9.856.141	100,0	10.299.277	100,0	9.224.455	100,0	8.952.283	100,0

Fonte: IPAD/DSP

6. Desde a sua independência, que Timor-Leste se tornou um importante parceiro bilateral da Cooperação Portuguesa. Em 2006, a APD para este país ultrapassou os 30 M€, mantendo a sua tendência crescente desde 2004²⁰ (Gráfico 21).

Este volume concentrou-se maioritariamente *nas Infra-estruturas e Serviços Sociais* (68%), onde os sectores da Educação (26%) e do Governo e Sociedade Civil (34%) assumem um grande relevo. O primeiro caso, justifica-se pela aposta na formação de professores, na educação primária e no ensino superior. Já no caso do sector Governo e Sociedade Civil, há que destacar o apoio de Portugal à Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT) e os diversos programas/projectos de capacitação institucional, desenvolvidos em áreas como a justiça ou as finanças.

Gráfico 21. APD Bilateral Timor-Leste (2002-2006)



²⁰ Entre 2002 e 2004 registou-se uma acentuada quebra na APD bilateral para Timor-Leste, em virtude da diminuição das contribuições de Portugal para as missões humanitárias e de paz das Nações Unidas no território.

Analisando os dados estatísticos, conclui-se que tanto a evolução do volume de APD bilateral, como a sua distribuição sectorial, reflectem as três fases distintas da Cooperação Portuguesa com Timor-Leste: num primeiro momento, a assistência humanitária de emergência foi dominante, tendo o apoio à reconstrução e o apoio ao desenvolvimento ganho progressiva e sucessivamente preponderância.

Quadro 17. Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa - Timor-Leste
2002 - 2006

	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	71.959.831	89,4	23.767.045	62,9	13.367.281	65,0	12.679.572	45,4	20.903.908	68,1
110 EDUCAÇÃO	10.515.967	13,1	4.687.209	12,4	5.819.752	28,3	8.168.847	29,3	7.924.617	25,8
120 SAÚDE	64.284	0,1	135.261	0,4	80.107	0,4	144.035	0,5	122.856	0,4
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA										
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO			87.683	0,2	150.516	0,7	754.052	2,7	33.410	0,1
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	59.882.658	74,4	15.554.419	41,2	5.817.802	28,3	965.726	3,5	10.463.526	34,1
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	1.496.922	1,9	3.302.473	8,7	1.499.104	7,3	2.646.912	9,5	2.359.499	7,7
200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS	2.516.111	3,1	679.847	1,8	1.038.658	5,0	430.126	1,5	1.517.900	4,9
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	1.376.060	1,7	3.825	0,0			136.290	0,5	743.324	2,4
220 COMUNICAÇÕES	743.663	0,9	425.998	1,1	260.836	1,3	173.259	0,6	731.077	2,4
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO										
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	396.388	0,5	250.024	0,7	130.268	0,6	120.577	0,4	43.499	0,1
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS					647.554	3,1				
300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO	1.984.018	2,5	635.834	1,7	1.105.322	5,4	1.857.626	6,7	1.081.315	3,5
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	596.800	0,7	393.962	1,0	473.744	2,3	699.388	2,5	510.600	1,7
311 AGRICULTURA	596.052	0,7	393.962	1,0	452.870	2,2	678.510	2,4	510.600	1,7
312 SILVICULTURA					20.874	0,1	20.878	0,1		
313 PESCAS	748	0,0								
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	1.210.905	1,5	241.872	0,6	617.150	3,0	1.158.238	4,2	570.715	1,9
321 INDÚSTRIA							124.920	0,4		
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)	87.580	0,1	35.137	0,1						
323 CONSTRUÇÃO	1.123.325	1,4	206.735	0,5	617.150	3,0	1.033.318	3,7	570.715	1,9
330 COMÉRCIO E TURISMO	176.313	0,2	0	0,0	14.428	0,1	0	0,0	0	0,0
331 COMÉRCIO					8.636	0,0				
332 TURISMO	176.313	0,2			5.792	0,0				
400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL	1.514.087	1,9	8.627.420	22,8	1.390.080	6,8	8.932.266	32,0	5.259.404	17,1
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS			2.655.102	7,0	2.414.700	11,7	2.413.800	8,6	793.451	2,6
600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA										
700 VII - AJUDA HUMANITÁRIA	74.778	0,1	17.765	0,0			14.489	0,1	23.821	0,1
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	1.880.735	2,3	827.144	2,2	1.059.174	5,1	1.071.426	3,8	436.631	1,4
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	555.792	0,7	571.078	1,5	192.716	0,9	507.500	1,8	657.480	2,1
998 X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO										
TOTAL BILATERAL	80.485.352	100,0	37.781.235	100,0	20.567.931	100,0	27.906.805	100,0	30.673.710	100,0

Fonte: IPAD/DSP

5.6 Ajuda Multilateral

a) Orientações Gerais para a Ajuda Multilateral

A hierarquização das prioridades geográficas e sectoriais bilaterais acima mencionadas, deve ainda ser associada a um enquadramento multilateral. Acresce que a distinção rígida entre cooperação bilateral e multilateral deixou de fazer sentido, e, no essencial, devem-se encontrar meios de potenciar a cooperação bilateral, colocando-a em parceria com os esforços multilaterais.

Nesse sentido, o IPAD tem vindo a fomentar a prática da **complementaridade Bi-Multi** através, por exemplo, da participação activa em várias instituições multilaterais de desenvolvimento, como é o caso da colaboração nos programas do PNUD (projectos no sector da Justiça e *Trust Fund Governação Democrática*) e do Banco Mundial (*Trust Fund For East Timor* e Apoio ao Orçamento de Estado) em Timor-Leste.

b) Evolução e distribuição da APD Multilateral Portuguesa

As contribuições de Portugal pela via multilateral atingiram uma média de 32% da APD entre 2002 e 2006. Em 2004, a APD Multilateral portuguesa registou uma quebra para os 15%, reflexo dos efeitos da subida exponencial da APD bilateral angolana.

Quadro 18. Evolução da Distribuição entre APD Bilateral e Multilateral 2002-2006

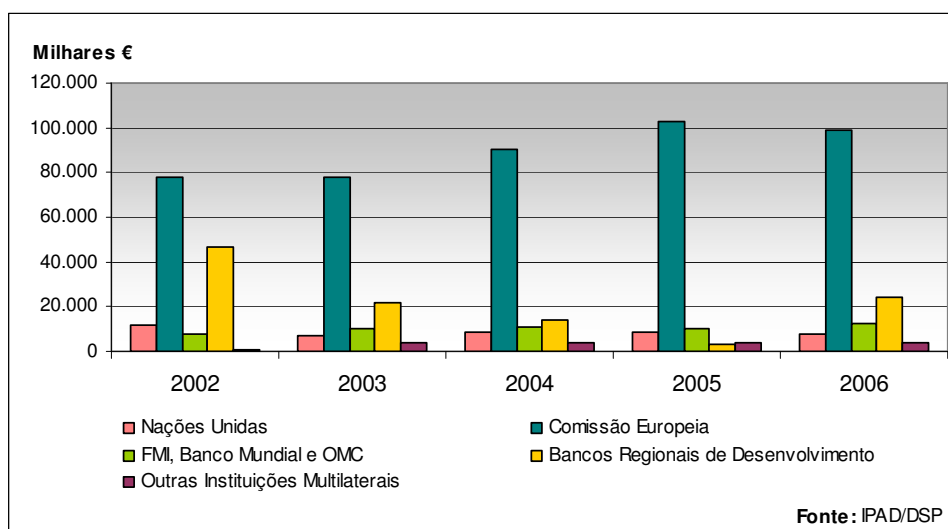
	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
APD Bilateral	197.443	58	161.494	57	702.446	85	175.644	58	168.333	53
APD Multilateral	144.852	42	121.379	43	127.445	15	127.782	42	147.441	47
APD TOTAL	342.295	100	282.873	100	829.891	100	303.426	100	315.774	100

Milhares €

Fonte: IPAD/DSP

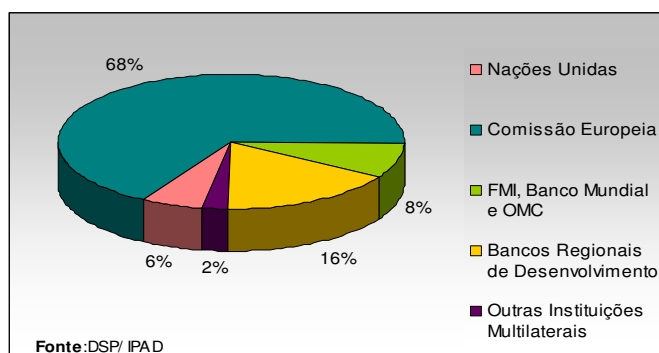
A grande parcela da ajuda multilateral portuguesa é canalizada através da União Europeia, por via das contribuições para o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), que financia a ajuda da UE para os Países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), e para o Orçamento da Comissão Europeia de Ajuda Externa que financia a ajuda aos países em desenvolvimento não contemplados pelo FED.

Gráfico 22. Distribuição da APD Multilateral portuguesa 2002-2006



Fonte: IPAD/DSP

Gráfico 23. Distribuição da APD Multilateral 2006



Fonte: DSP/ IPAD

Em 2006, a UE recebeu cerca de 68% do montante total da APD multilateral portuguesa, tendo-se registado, simultaneamente, um aumento das contribuições para os Bancos Regionais de Desenvolvimento. As contribuições para as Nações Unidas e para o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e para

a Organização Mundial do Comércio (OMC) mantiveram a média dos últimos 5 anos aproximadamente 8,5 M€ para as NU, e cerca de 10,2 M€ para o FMI, Banco Mundial e OMC.

c) Instituições Financeiras Internacionais

A participação de Portugal nas instituições financeiras internacionais implicou, em 2006, um encargo orçamental de cerca de 55,1 M€, resultante dos compromissos assumidos com as contribuições e participações e com as quotas de capital nas diversas instituições. De referir que Portugal continuou a defender, durante as negociações das reconstituições de recursos, que decorreram em 2006, uma repartição justa e equitativa das quotas de participação dos países nessas instituições, com base no peso das respectivas economias na economia mundial e na capacidade de pagamento de cada um.

Do montante acima referido, cerca de 91% foram afectados aos Fundos concessionais, de entre os quais assume particular relevância o Fundo Europeu de Desenvolvimento, conforme a seguir se discrimina.

Relativamente ao Grupo do Banco Mundial, em 2006, Portugal não procedeu a quaisquer emissões de notas promissórias ou pagamentos, quer para o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), quer para a Sociedade Financeira Internacional (SFI), quer para a Agência Multilateral de Garantia ao Investimento (MIGA).

Relativamente à Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), foram efectuados resgates de notas promissórias, no âmbito de reconstituições de recursos da Instituição, designadamente da AID 13 e AID 14, nos montantes de 4,7 M€ e 4,3 M€, respectivamente, perfazendo um total de 9 M€. Ainda no que diz respeito à AID, foi emitida uma nota promissória no valor de 10,4 M€, como forma de pagamento da 1ª prestação da contribuição de Portugal para a Décima Quarta Reconstituição (AID14). Foi ainda emitida uma nota promissória, no âmbito da HIPC, no montante de 1M€, resgatada na totalidade em 2006.

Portugal participa no Facilidade Ambiental Global (GEF- *Global Environment Facility*), tendo sido efectuados, em 2006, resgates nos montantes de 38.243 €, referente ao GEF 1, de 588.000 € para o GEF 2 e de 712.725 € para o GEF 3, totalizando 1,3 M€.

No que diz respeito aos Bancos e Fundos Regionais de Desenvolvimento, e na sequência das negociações do 5º aumento geral de capital do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), de que resultou para Portugal uma subscrição no valor de 24,52 M€, em 2006 foi efectuado o

pagamento da 7^a de 8 prestações anuais iguais no montante de 184.723 €. Foi também paga a 1^a de 5 prestações no valor de 82.420 €, referente à subscrição de 330 acções do capital do BAD.

Relativamente ao Fundo Africano de Desenvolvimento, foram efectuados resgates no montante total de 8,3 M€, respeitantes a notas promissórias emitidas no âmbito das Sétima (FAD VII), Oitava (FAD VIII), Nona (FAD IX) e Décima (FAD X) Reconstituições de Recursos do Fundo. Foram ainda emitidas, em 2006, duas notas promissórias no âmbito da 10^a Reconstituição de recursos no montante total de 15,4 M€. Foi ainda pago ao FAD o montante de 339.729 € referente à contribuição de Portugal para a MDRI (*Multilateral Debt Relief Initiative*).

Quanto ao Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foram efectuados resgates no montante de 217.579 € para o Fundo Multilateral de Investimento (MIF), que visa apoiar, em termos concessionais, o desenvolvimento do sector privado, em particular o micro-empresariado na América Latina e nas Caraíbas.

Ainda no âmbito do Grupo do BID, depois de concretizada em 2002 a adesão de Portugal à Corporação Interamericana de Investimentos (CII), instituição do Grupo que promove o desenvolvimento do sector privado na América Latina e Caraíbas, através do financiamento de pequenas e médias empresas privadas, procedeu-se, em 2006, ao pagamento de 176.408 €, relativos à realização da 6^a prestação de capital.

No que se refere à participação de Portugal no primeiro aumento de capital do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), em 2006 procedeu-se ao resgate de notas promissórias no valor de 567.000 €.

Relativamente ao Grupo do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD), foram efectuados pagamentos ao Banco no montante global de 1 M€, correspondente ao último resgate de notas promissórias referente à subscrição de capital.

No que respeita ao Fundo Asiático de Desenvolvimento (FAsD), o montante total dos pagamentos efectuados ascendeu a 7 M€, relativo aos resgates parciais de notas promissórias emitidas no âmbito da FAsD VII, da FAsD VIII e da FAsD IX. No que se refere à FAsD IX, foram ainda emitidas duas notas promissórias no valor total de 8,2 M€.

Para o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), procedeu-se ao resgate de 259.650 €, respeitante à 3ª e última nota promissória emitida no âmbito da 6ª Reconstituição de Recursos.

No domínio comunitário, é de referir a importante contribuição para o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) no valor de 24,3 M€, enquanto 1,5 M€ foram desembolsados para a Facilidade de Investimento gerida pelo Banco Europeu de Investimento (BEI).

Contribuiu-se ainda com um montante de 500.000 € para o BEI, destinados ao *Trust Fund* da Facilidade Euro-Mediterrânica para o Investimento e Parceria (FEMIP).

Em 2006, foi ainda desembolsada a quantia de 46.682 € para pagamento da quota da participação de Portugal no Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD).

c) Cooperação Multilateral

No âmbito multilateral, Portugal, frequentemente representado pelo IPAD, participou em diversas reuniões internacionais, acompanhando trabalhos em diversos organismos.

Ao nível das Nações Unidas:

- Procedeu-se à elaboração do relatório de Portugal relativo à implementação do *Programa de Acção para os Países Menos Avançados (PMA)*. Como parte do processo de preparação da Revisão a Meio-termo da Implementação do Plano de Acção 2001-2010, Portugal participou na reunião *ad-hoc* de peritos (Maio, Genebra), onde foi apresentado um estudo sobre Cabo Verde. Esteve também presente na Reunião de Alto Nível de Revisão a Meio Termo (Setembro, Nova-Iorque).
- O IPAD participou na Reunião do Conselho Consultivo PNUD/FNUAP (Junho, Genebra) no qual foram aprovados os programas do PNUD e do FNUAP para Moçambique e S. Tomé e Príncipe.
- Portugal participou no Encontro de Altos Funcionários sobre Coerência do Sistema das Nações Unidas (Novembro, Helsínquia) para debate sobre a posição preliminar da UE relativamente às recomendações propostas no Relatório do Painel de Alto Nível sobre *System Wide Coherence* nas áreas desenvolvimento, assistência humanitária e ambiente.

No âmbito do *Fundo Global de Luta contra a Sida, Tuberculose e Malária*:

- O IPAD participou na 13ª Reunião do Conselho de Administração (Abril, Genebra), onde foi aprovado o lançamento da Ronda 6, para que os países em desenvolvimento possam submeter propostas para financiamentos de projectos nesta área.
- Portugal participou na 14ª Reunião do Conselho de Administração do Fundo (Cidade da Guatemala, 30Out.-3Nov.), na qual foi aprovada a 2ª Reconstituição Voluntária de Fundos para um período de 3 anos (2008-2010), compromissos que os doadores vão discutir em duas reuniões, a realizar em Março e em Setembro de 2007.

No âmbito do *CAD/OCDE*:

- O IPAD participou em duas reuniões do Comité, habitualmente asseguradas pela Missão de Portugal junto da OCDE. Dada a falta de recursos humanos aliada à sobreposição de reuniões de vários Comités da OCDE, o IPAD assegurou a representação de Portugal na 845ª Reunião (Janeiro) e na 847ª (Março).
- Procedeu-se à preparação, em parceria com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do território e do Desenvolvimento Regional, da participação de Portugal na Reunião Ministerial Conjunta do Comité de Políticas do Ambiente (EPOC) e Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (Abril, Paris). Nesta reunião foram aprovados dois documentos: *Um Quadro de Acção Comum* e uma *Declaração sobre a Integração das Alterações Climáticas na Cooperação para o Desenvolvimento*.
- O IPAD assegurou a representação na Reunião de Alto Nível no CAD (Abril, Paris), tendo a Presidente do IPAD chefiado a Delegação Nacional. Entre as principais questões abordadas, destacam-se a nova arquitectura da Ajuda Internacional, os Estados Frágeis e o *Scaling Up* da Ajuda ao Desenvolvimento.
- O IPAD participou ainda na reunião do Grupo de Trabalho sobre a *Prevenção de Conflitos e a Cooperação para o Desenvolvimento* (Fevereiro, Paris). As principais questões debatidas centraram-se na revisão a meio percurso do Programa de Trabalho 2005-2006 da rede sobre a Reforma do Sector de Segurança, as áreas prioritárias para 2007-2008 e discussão sobre o trabalho da *Peace Building Commission* das NU.
- O IPAD participou na reunião conjunta dos grupos de trabalho Estados Frágeis (7ª reunião) e Prevenção de Conflitos, Paz e Segurança (10ª Reunião) em Outubro. As principais questões debatidas centraram-se em torno de: relatório final *Whole Government Approaches*, nos Estados Frágeis (EF); resultados e recomendações do relatório preliminar do exercício-piloto sobre os princípios para uma intervenção internacional eficaz nos EF e a futura implementação do programa de acção; capacidade institucional; distribuição da ajuda nos EF; alocação de fundos aos EF; colaboração entre o CAD e a Peacebuilding



Comissão das Nações Unidas; Early warning, preventive action and collective response;
Revisão e aprovação do programa de trabalho para 2007-2008.

- O IPAD assegurou a representação nacional na Reunião de Altos Funcionários do CAD/OCDE (Dezembro, Paris). As principais questões abordadas foram: o aumento da ajuda ao desenvolvimento e desafios relacionados; implementação da Declaração de Paris; os desafios da reforma do sistema de segurança; uma agenda para uma acção colectiva contra a corrupção.
- O IPAD participou no *Fórum Global de Desenvolvimento* (Dezembro, Paris), que antecedeu a reunião de Altos Funcionários do CAD/OCDE, tendo versado sobre a Eficácia da Ajuda no sector da Saúde e os Programas Globais, e a Agenda de Paris.

No âmbito do *Centro de Desenvolvimento da OCDE (CD/OCDE)*:

- Acompanharam-se as discussões no seio do CAD/OCDE, destacando-se o Programa de Trabalho para o biénio 2007/2008.
- O IPAD organizou a sessão de apresentação da versão portuguesa da publicação *Perspectivas Económicas em África (African Economic Outlook)* a 19 de Outubro, na Fundação Cidade de Lisboa, que contou com a presença da Directora do Centro de Desenvolvimento da OCDE de SEXA o SENEK e a Direcção do IPAD, e cuja tradução foi financiada através da contribuição voluntária para o Centro de Desenvolvimento da OCDE.
- Coordenou, ainda, o lançamento da publicação *Perspectivas Económicas em África (African Economic Outlook)* em Angola (7 Nov.) e Moçambique (13 Nov.), juntamente com as representações diplomáticas portuguesas nestes países e o Centro de Desenvolvimento do CAD.

No contexto da Conferência *Ibero-Americana*:

- Sob a Presidência do Uruguai, realizou-se, em Abril, a primeira de três reuniões, nas quais o IPAD participou na qualidade de ponto focal da Cooperação Portuguesa.
- 2006 teve como tema central da *Cimeira Anual as Migrações e o Desenvolvimento* e foi marcado pela preparação e aprovação do novo *Manual Operativo do Convénio de Bariloche* e pela racionalização dos programas de cooperação, permitindo uma optimização e redução do seu número.
- O IPAD participou na I Reunião de Responsáveis de Cooperação Ibero-Americana, preparatória da Cimeira Anual de Chefes de Estado e de Governo (Abril, Punta del Este – Uruguai).
- Portugal aproveitou a II Reunião de Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana para anunciar a concessão através do IPAD, de 15 bolsas de formação para altos funcionários



dos países ibero-americanos, no âmbito do Curso de Alta Direcção em Administração Pública (CADAP) – edição internacional a ser ministrado no Instituto Nacional de Administração, no valor de 100.000 Euros.

- O IPAD preparou a participação da Embaixada Portuguesa em Lima na XXVª Reunião do Conselho Directivo do *Fundo Indígena*, que incidiu sobre:
 - a. a criação da Universidade Indígena Inter Cultural;
 - b. a articulação com os programas nacionais de educação dos países beneficiários;
 - c. a discussão do Plano Operativo 2006;
 - d. a avaliação relativa à Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB);
 - e. as perspectivas que se abrem na nova etapa da Comunidade Ibero-americana;

Ao nível das *Parcerias com África*:

Como ponto focal para a **Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD)**, o IPAD continuou a acompanhar o seu processo de concretização em todas as instâncias competentes (UE, NU, CAD/OCDE) e a contribuir para a preparação da participação portuguesa no *Fórum de Parceria com África (APF)*, reunindo os Representantes Pessoais do G8/NEPAD e de outros parceiros do desenvolvimento Africano. Em 2006, o APF reuniu duas vezes, em Maputo (4-5 de Maio) e Moscovo (25-26 de Outubro). Foi ainda estabelecida uma *Unidade de Apoio ao APF*, junto da OCDE, encarregue da preparação e seguimento das reuniões do Fórum, em colaboração com o Secretariado da NEPAD. Portugal, através do IPAD, contribuiu financeiramente com 150.000 €, para o período de 3 anos de funcionamento dessa Unidade, cujo financiamento é integralmente assegurado por contribuições voluntárias dos doadores representados do APF.

d) Cooperação Comunitária

Na sequência da assinatura do **Acordo de Cotonou Revisto** e da Decisão do Conselho Europeu de Dez.2005 acerca do respectivo envelope financeiro, o IPAD participou activamente nas discussões processadas, no âmbito do Conselho, acerca:

- Do Acordo Interno sobre as medidas e os procedimentos a adoptar para a execução do Acordo de Cotonou Revisto – assinado pelos Estados-Membros em 10 de Abril;
- Do Protocolo financeiro a anexar ao Acordo Cotonou Revisto – acordado com os países ACP na 31ª Sessão do Conselho de Ministros ACP-CE (Junho, Papua Nova Guiné);
- Do Acordo Interno Financeiro sobre a gestão da ajuda concedida pela Comunidade, no âmbito do 10º FED – a ser entretanto assinado e ratificado pelos Estados-Membros;
- Da preparação do processo de Programação do 10º FED – iniciado em Fevereiro de 2006, e que deverá ser concluído até ao segundo semestre de 2007.

No que toca às **relações da UE África**, destaca-se a participação na discussão da implementação da *Estratégia UE para África* e da concepção e financiamento futuro da *Facilidade de Paz para África*, com base nos resultados da avaliação a meio percurso deste mecanismo, apresentada pela Comissão. O IPAD acompanhou o processo de seguimento da Cimeira, a realizar em Lisboa, no 2º semestre de 2007.

Além disso, o IPAD acompanhou ainda as seguintes actividades, no âmbito comunitário:

- Discussão acerca da Estratégia da UE para as Caraíbas (aprovada pelo CAGRE de Abril) e da Estratégia da UE para o Pacífico.
- Evolução do quadro do diálogo político regular ACP-CE, e mais especificamente a 31ª Sessão do Conselho de Ministros ACP-CE (Junho, Papua Nova Guiné), bem como as 11ª e 12ª Sessões da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-CE (Viena, Junho e Bridgetown, Novembro).
- A preparação da participação portuguesa na Conferência Consultiva da SADC (Abril, Namíbia), que resultou na aprovação de uma declaração acerca dos objectivos, princípios, áreas prioritárias e estruturas de diálogo, que deverão reger o relacionamento da organização com os parceiros internacionais.
- A assinatura de um Quinto Acordo de Colaboração com o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI) e o *European Centre for Development Policy Management* (EDPCM), para vigorar em 2006-2007. O compromisso financeiro assumido pelo IPAD foi de 162.000€, repartido em duas contribuições anuais de 81.000€. O Quinto Acordo prevê o desenvolvimento de novas actividades orientadas para o apoio ao IPAD, no contexto da preparação e condução da Presidência Portuguesa da UE no 2º semestre de 2007.